

— **Relatório** —

**100**  
**dias**

— **Gestão 2024** —



**— Relatório —**

# 100

**dias**

**— Gestão 2024**

- *Apresentação*
- *Composição*
- *Dados Gerais do PJSC*
  - *Indicadores Gerais*
  - *Movimentação Processual*
- *Diretrizes Administrativas*
  - *Eixo Institucional*
  - *Eixo Judicial*
  - *Eixo Administrativo*

# Apresentação

Este relatório materializa as principais entregas feitas nos primeiros 100 dias de gestão, como forma de prestação de contas. Compõe-se de duas partes bem definidas, em que a primeira apresenta os principais indicadores institucionais e, em seguida, as entregas e projetos estruturados pelos eixos temáticos do plano de gestão, quais sejam o institucional, o jurisdicional e o administrativo.



# Composição

## **Presidência**

Desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto

## **Primeira Vice-Presidência**

Desembargador Cid José Goulart Júnior

## **Corregedoria-Geral da Justiça**

Desembargador Luiz Antônio Zanini Fornerolli

## **Segunda Vice-Presidência**

Desembargador Júlio César Machado Ferreira de Melo

## **Terceira Vice-Presidência**

Desembargadora Janice Goulart Garcia Ubialli

## **Corregedoria-Geral do Foro Extrajudicial**

Desembargador Artur Jenichen Filho

## **Ouvidoria do PJSC**

Desembargador Osmar Nunes Júnior

## **Diretoria-Executiva da Academia Judicial**

Desembargador Luiz Felipe Siegert Schuch

# 1. DADOS GERAIS DO PJSC

## 1.1. INDICADORES GERAIS

### 1.1.1 Nosso Estado

- 7,72 milhões de habitantes (IBGE 2023 – estimativa)
- PIB estimado para 2023 na ordem de R\$ 503 bilhões: sexto maior do país
- Quinto melhor rendimento per capita do país: R\$ 2.269,00 (IBGE, 2023)
- 3º melhor IDH do país (IBGE, 2021)
- Melhor IDEB do país, considerando os anos iniciais do ensino fundamental e o quarto do país, ao considerarmos os anos finais (IBGE, 2021)

### 1.1.2 Organização Judiciária

- Capilaridade nos 295 municípios do Estado
- 112 comarcas instaladas
- 400 unidades judiciais, todas 100% digitais
- 7 núcleos de justiça 4.0
- 18 pontos de inclusão digital (PID)
- 43 centros judiciários de solução de conflitos (CEJUSC)
- 28 câmaras de julgamento de 2º grau
- 5 grupos de câmaras
- 1 seção criminal
- 3 turmas recursais
- 1 turma de uniformização
- 1 turma de incidentes

### 1.1.3 Estrutura predial e de TI

- 156 edificações
- Cerca de 329 mil metros quadrados de área construída
- Em torno de 110 mil pessoas ativas nos sistemas de informática
- Aproximadamente 14 mil computadores pessoais
- 3 datacenters, incluindo cerca de 800 servidores de aplicação e banco de dados
- 1.900 TB de dados

### 1.1.4 Força de Trabalho

- Desembargadores: 96
- Juízes de 2º Grau: 16
- Juízes de 1º Grau: 401
- Juízes Substitutos: 27

- Servidores Efetivos: 5.992
- Servidores Exclusivamente Comissionados: 1.434
- Estagiários e Residentes: 2.478
- Outros Auxiliares: 659
- Terceirizados: 1.721
- **Total: 12.824**

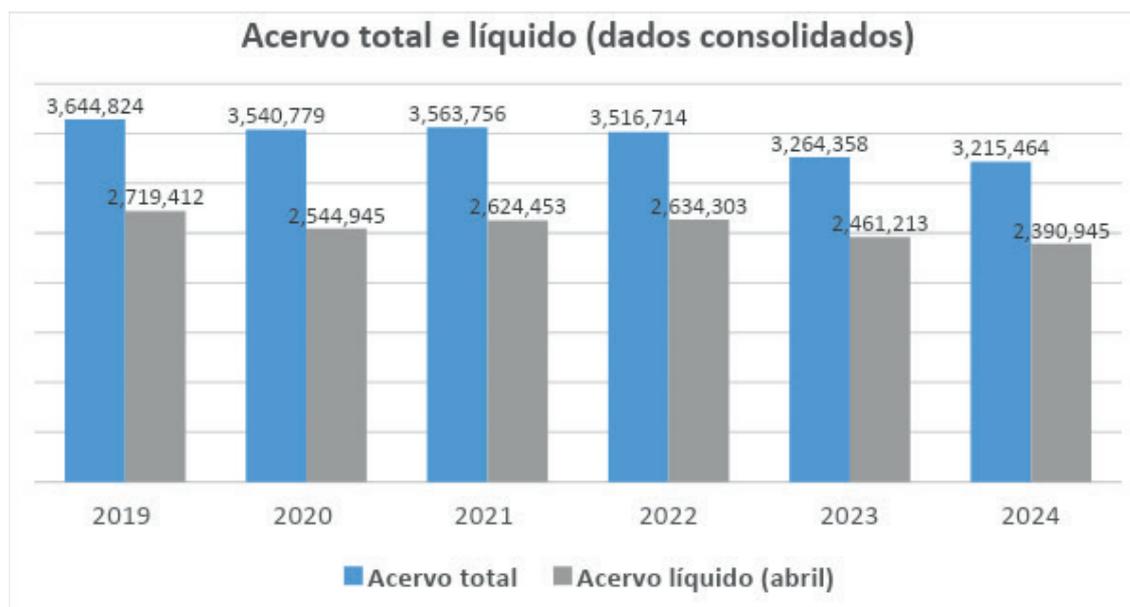
### 1.1.5 Orçamento e Finanças

- Previsão de orçamento para 2024: R\$ 3,76 bilhões
- As despesas do Poder Judiciário de Santa Catarina, liquidadas durante o ano de 2023, representaram cerca de 0,71% do PIB do Estado
- Valor diário per capita da justiça por cidadão em 2023 foi de aproximadamente R\$ 1,27
- O Poder Judiciário de Santa Catarina injetou quase R\$ 11 bilhões na economia do Estado durante o biênio 2022/2023 por meio da emissão de alvarás judiciais e precatórios
- O Poder Judiciário de Santa Catarina também financia outras necessidades públicas, como o programa de Assistência Judiciária Gratuita, o Fundo Penitenciário, apoio aos cartórios extrajudiciais, repasses ao Ministério Público do Estado e projetos sociais. No último biênio tais repasses ultrapassaram e cifra de R\$ 550 milhões.

## 1.2. MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 1.2.1 Movimentação Processual – Visão Consolidada: 1º Grau comum + Juizados Especiais + Turmas Recursais + 2º Grau

**Período de análise:** janeiro a abril do último sexênio (anos 2019-2024)

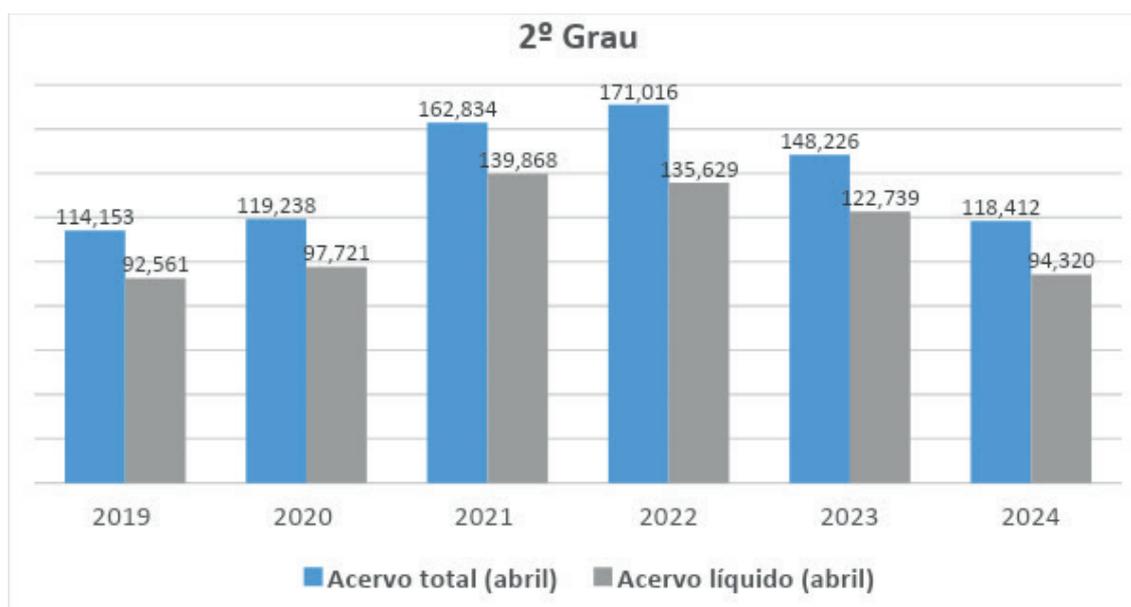
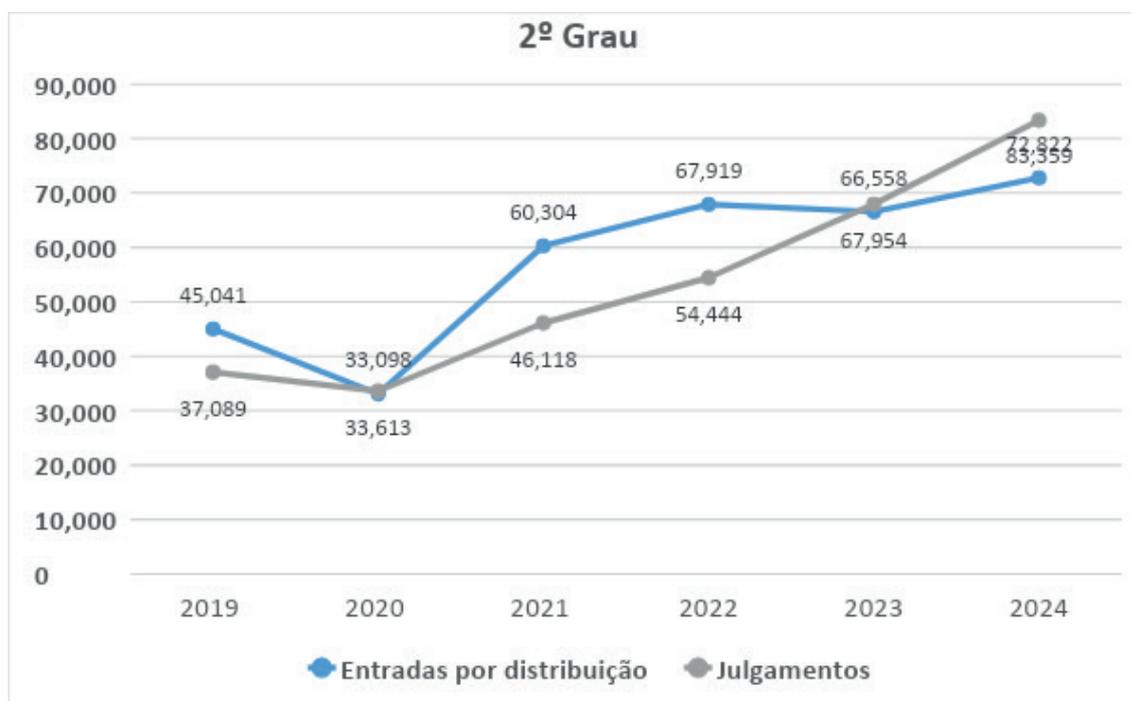


### 1.2.1.1 Destaques dos dados consolidados

- Acifra de 484.930 processos distribuídos neste primeiro quadrimestre de 2024 reflete que os **índices de litigiosidade continuam em crescimento**, numa escala mais acentuada do que o período pré-pandemia (2019).
- A quantidade de entrada por distribuição no primeiro quadrimestre de 2024 é 25,77% maior que o mesmo período de 2019. Em relação ao ano anterior, 2023, o incremento foi de 13,73%.
- A demanda processual na primeira instância, no primeiro quadrimestre de 2024, foi de 83,12%.
- A quantidade de **julgamentos no primeiro quadrimestre de 2024**, em torno de **505 mil processos**, é 41,03% superior ao período pré-pandemia. Em relação ao ano anterior, o percentual de incremento foi de **16,50%**.
- Considerando a quantidade de julgamentos deste primeiro quadrimestre de 2024, que inclui sentenças, acórdãos e decisões monocráticas terminativas, **cada magistrado catarinense** proferiu em torno de 12 julgamentos a cada dia útil trabalhado.
- Atualmente, o **acervo líquido consolidado é de 2.390.945 processos**. A série temporal do sexênio 2019-2024 indica **queda nesse indicador de aproximadamente 12%**.
- **95,62%** do acervo processual líquido, que desconsidera os processos suspensos e/ou arquivados administrativamente, **está na primeira instância**.

## 1.2.2 Movimentação Processual – 2º Grau

**Período de análise:** janeiro a abril do último sexênio (anos 2019-2024)

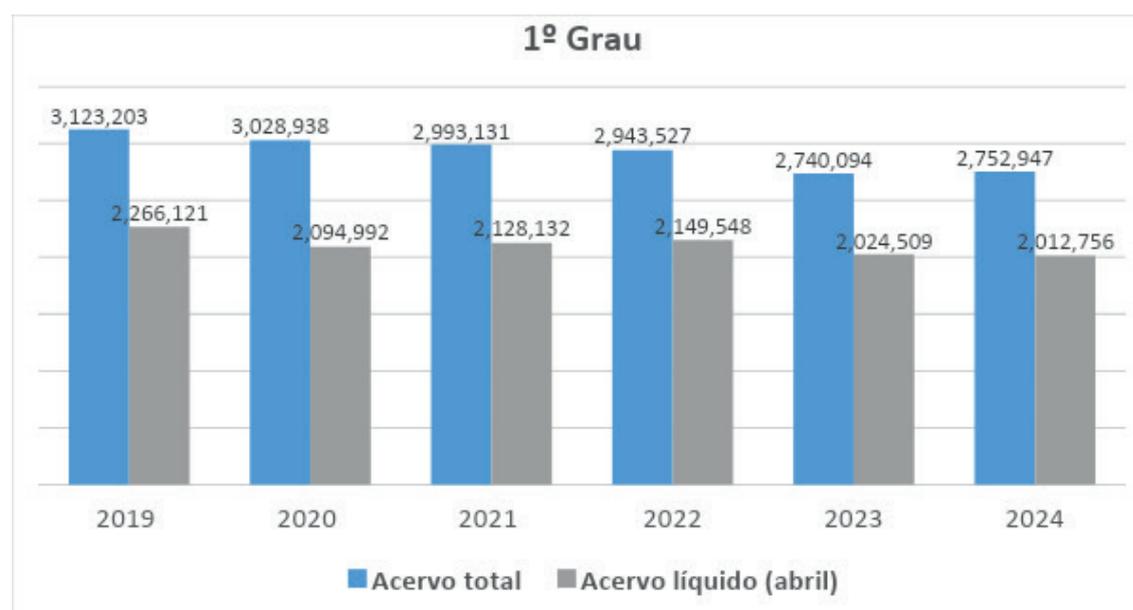
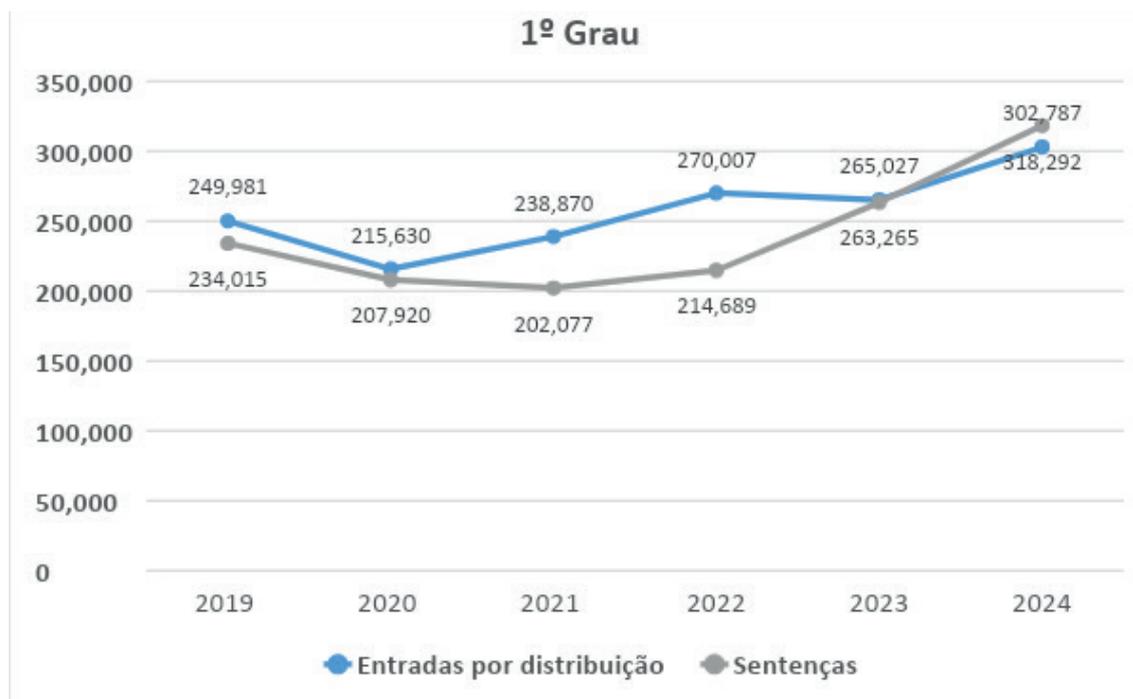


### 1.2.2.1 Destaques do 2º Grau

- A série histórica do sexênio 2019-2024 demonstra um **incremento significativo na quantidade de entradas por distribuição** no decorrer dos quatro primeiros meses de cada ano. A entrada de casos novos no primeiro quadrimestre de 2024, na ordem de 72.822 processos, é, por exemplo, 9,41% maior que a do ano anterior e **61,68% maior que 2019**, período pré-pandemia.
- Para atender à alta demanda, o incremento de produtividade também foi significativo. **No primeiro quadrimestre de 2024, foram julgados mais de 83 mil processos.** Esse quantitativo é 22,67% maior que em 2023, 53,11% maior que em 2022, e **124,75% maior que em 2019.**
- Ao longo do primeiro quadrimestre de 2024 foram realizadas 331 sessões de julgamento, das quais 139 foram físicas e 192 virtuais.
- O bom desempenho na produtividade tem gerado uma **queda sustentada no acervo processual.** O acervo líquido ao término do mês de abril de 2024 era de 94.320 processos, um decréscimo superior a 23% quando comparado ao mesmo mês do ano anterior, aproximando-se do quantitativo observado em 2019, período pré-pandêmico, que era de 92.561.
- A **distribuição do acervo por competências**, ao final do mês de abril de 2024, desconsiderando os suspensos e sobrestados, é a seguinte:
  - Direito Civil: 46,66%
  - Direito Comercial: 23,45%
  - Enfrentamento de Acervo: 12,77%
  - Direito Público: 9,83%
  - Direito Criminal: 7,01%
  - Órgão Especial: 0,28%

### 1.2.3 Movimentação Processual – 1º Grau

**Período de análise:** janeiro a abril do último sexênio (anos 2019-2024)

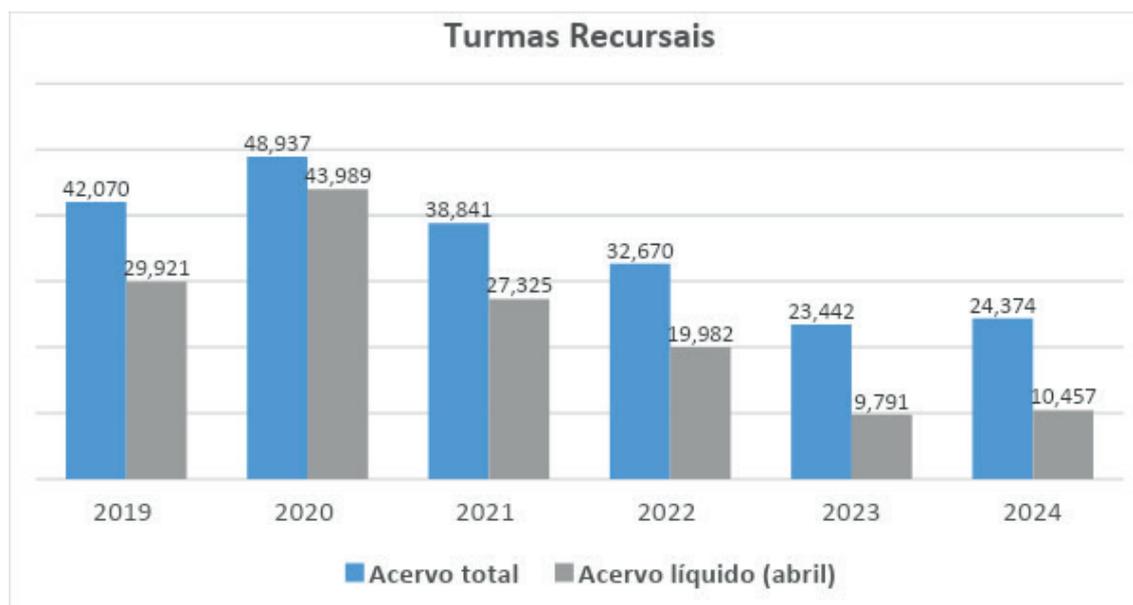
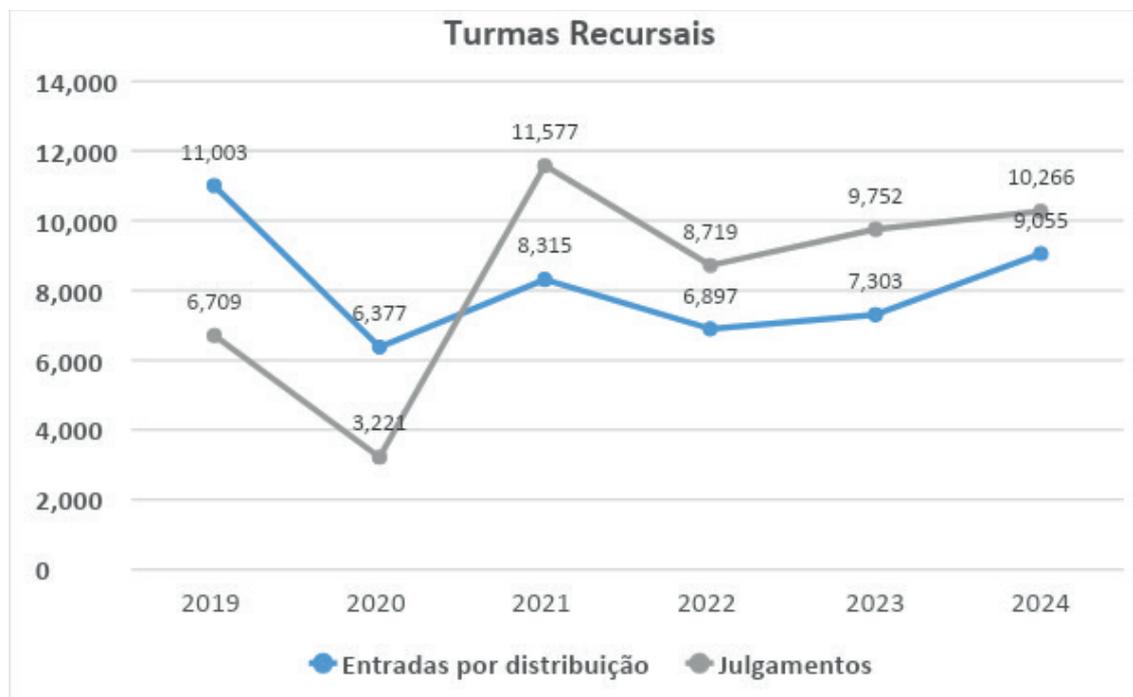


### 1.2.3.1 Destaques do 1º Grau

- Cerca de **303 mil processos foram distribuídos** neste primeiro quadrimestre de 2024 no primeiro grau de jurisdição, sem considerar os processos do rito dos juizados especiais, em que a entrada foi em torno de 100 mil processos. **O quantitativo é cerca de 14% maior do que a entrada no ano de 2023 e 21% maior que em 2019**, período pré-pandemia.
- A série histórica apresenta um **incremento relevante na quantidade de sentenças proferidas no decorrer do último triênio**. No primeiro quadrimestre de 2024 foram julgados mais de 318 mil processos, o que representa quase **21% de crescimento em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior e 36% superior ao ano de 2019**.
- O acervo líquido observado em abril de 2024 é levemente inferior ao do ano anterior, perfazendo 2,01 milhões de processos. **Ao compararmos o indicador com o primeiro quadrimestre de 2019, período pré-pandemia, a queda observada do acervo líquido é de pouco mais de 11%**.
- A **distribuição do acervo por competências** ao final do mês de abril de 2024, desconsiderando os suspensos e sobrestados, é a seguinte:
  - Cível: 36,56%
  - Execução Fiscal: 29,24%
  - Criminal: 10,73%
  - Família: 7%
  - Execução Penal: 6,26%
  - Fazenda Pública: 5,51%
  - Outras Competências: 4,7%

## 1.2.4 Movimentação Processual – Turmas Recursais

**Período de análise:** janeiro a abril do último sexênio (anos 2019-2024)

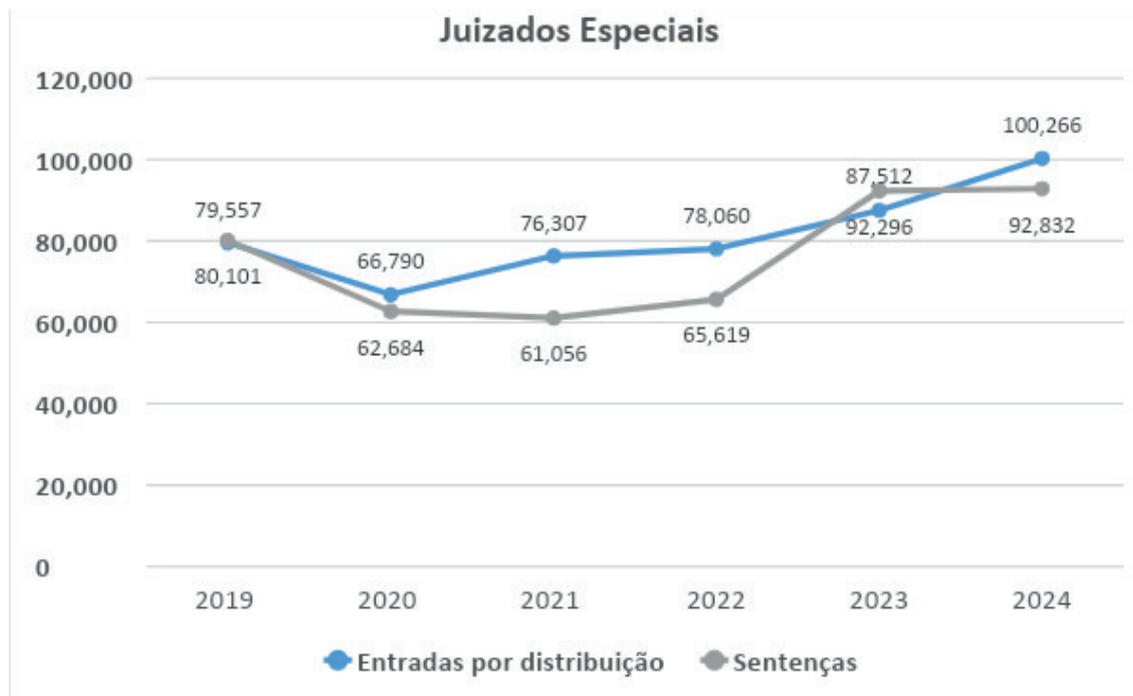


### 1.2.4.1 Destaques das Turmas Recursais

- Com relação à movimentação processual das turmas recursais, pode-se observar um **acréscimo nas entradas neste primeiro quadrimestre de 2024**. Em relação ao ano anterior, a alta foi de 24%. Contudo, se comparado ao período pré-pandemia, mostra um valor quase 18% menor.
- **O primeiro quadrimestre de 2024 também foi de aumento consecutivo na quantidade de julgamentos das turmas recursais.** Em relação ao primeiro quadrimestre de 2021, ápice da série histórica, o percentual de decréscimo foi de mais de 11%. Por outro lado, os mais de **10 mil processos julgados neste quadrimestre superam em 53% a quantidade no período pré-pandemia.**
- O acervo líquido das turmas recursais observado ao final de abril de 2024 foi de pouco mais de 10 mil processos. Após um período de quedas significativas dos anos anteriores, o primeiro quadrimestre de 2024 apresentou um pequeno aumento, na ordem de 6,8% em relação ao primeiro quadrimestre do ano anterior.
- Salvo melhor entendimento, **o pequeno aumento do acervo líquido** ao término do primeiro quadrimestre de 2024 se deu pelo crescimento das entradas em patamar superior ao de julgamentos, respectivamente na ordem de 24% e 5,3%.

## 1.2.5 Movimentação Processual – Juizados Especiais

**Período de análise:** janeiro a abril do último sexênio (anos 2019-2024)



### 1.2.5.1 Destaques dos Juizados Especiais

- Pela primeira vez, neste primeiro quadrimestre de 2024 a série histórica superou **100 mil processos distribuídos** do rito dos juizados especiais. O quantitativo **é 26% maior do que as entradas de 2019**, período pré-pandemia.
- No primeiro quadrimestre do ano corrente, **o número de julgamentos foi 41,5% maior** que o de 2022, repetindo o desempenho de 2023 e superando em quase 16% a produtividade de 2019.
- **O acervo total em abril de 2024 foi 9,32% menor** do que no mesmo mês de 2023, uma redução bruta de mais de 32 mil processos, o dobro da queda de 2022 para 2023.
- **A queda 10,11% no acervo líquido comparado ao ano de 2023** se deu pelo superávit de julgamentos sobre as entradas em 2023, na ordem de 4,7 mil processos, e das decisões terminativas do juizado especial criminal, não contabilizadas no indicador de julgamentos, mas que geram baixa processual.

## 2. DIRETRIZES ADMINISTRATIVAS

### 2.1. Eixo Institucional

#### 2.1.1 Informativo da Jurisprudência Catarinense

Lançadas as edições de número 136 a 138, correspondentes aos meses de fevereiro a abril, do Informativo da Jurisprudência Catarinense do TJSC.

#### 2.1.2 Revista de Jurisprudência Catarinense

Iniciada a elaboração da edição número 147 da Revista de Jurisprudência Catarinense, que contemplará o conteúdo relacionado ao segundo semestre de 2023.

#### 2.1.3 Comparecimento digital criminal – Balcão Virtual/SAREF

A iniciativa permite que o comparecimento de jurisdicionados ao juízo criminal possa ser feito de forma eletrônica, substituindo o deslocamento físico até o fórum pela apresentação de forma digital, seguindo os preceitos da Meta 10/2022 do Conselho Nacional de Justiça. A primeira fase do projeto, em que se aproveitou a tecnologia do Balcão Virtual, foi finalizada com a edição da Orientação Conjunta CGJ/GMF n. 7 de 2 de maio de 2022. A segunda fase foi iniciada com a adoção do Sistema de Apresentação Remota por Reconhecimento Facial (SAREF), desenvolvido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), que permite que pessoas em cumprimento de suspensão condicional da pena, em livramento condicional e apenados do regime aberto se apresentem virtualmente nas unidades, com o uso do celular (por meio de registro com foto e geolocalização). Após a instalação e a avaliação do projeto piloto na Vara de Execuções Penais da Comarca de Criciúma, em outubro de 2023, iniciou-se a fase de expansão do projeto. A segunda unidade do PJSC a receber o SAREF foi a Vara Criminal da Comarca de Içara, em 20 de março de 2024. Já a terceira unidade judiciária a receber a ferramenta foi a 2ª Vara Criminal da Comarca de Tubarão, em 21 de março de 2024. Superados alguns desafios técnicos, a Vara Regional de Execuções Penais da Comarca de Chapecó foi contemplada, nos dias 8 e 9 de abril de 2024, com a implantação do sistema, que beneficiará 1.008 pessoas<sup>1</sup>. Os meses de maio e junho próximos serão destinados à instalação em unidades com competência exclusiva para execução penal. Na sequência, até dezembro deste ano, o objetivo é que a expansão atinja todas as unidades judiciárias catarinenses (Processo n. 0031660-07.2022.8.24.0710).

## 2.1.4 Unidades Regionais Especializadas para Audiências de Custódia e Procedimentos Investigativos (Varas Regionais de Garantias)

O projeto objetiva, em essência, estudar a viabilidade da reorganização das unidades judiciárias mediante a criação de varas novas e/ou a transformação de varas já existentes em unidades regionais especializadas, com a competência exclusiva para o processamento de audiências de custódia e condução de procedimentos investigativos no âmbito do PJSC. Como primeiro resultado, obteve-se o reconhecimento da conveniência e oportunidade para início dos levantamentos para instalação de uma unidade judiciária, nos moldes do projeto, nas Comarcas de Balneário Camboriú, Blumenau, Caçador, Rio do Sul, Itajaí, Joinville, Capital e São José. Após o julgamento das ADI 6298, 6299, 6300 e 6305, o projeto foi transformado para que as unidades passassem a se chamar varas regionais de garantias. Há previsão de criação de 18 varas regionais de garantias no PJSC para salvaguardar a legalidade da investigação criminal na fase de inquérito. A primeira unidade do gênero no país foi implantada no final de 2023, na Comarca de Rio do Sul (Resolução TJ n. 43/2023)<sup>2</sup>. Dando sequência à execução do projeto, instalou-se a segunda unidade do gênero na Comarca de Balneário Camboriú, em 2 de abril de 2024 (Resolução TJ n. 7/2024), cujo acervo inicial foi computado em cerca de 3 mil processos<sup>3</sup>. O calendário de instalação das próximas unidades, no primeiro semestre de 2024, inclui as Comarcas da Capital, de Itajaí e de Blumenau. O PJSC prevê a criação de 10 varas de garantias até o final deste ano (Processo n. 0010968-84.2022.8.24.0710 – principal; Processo n. 0013056-61.2023.8.24.0710 – Balneário Camboriú).

## 2.1.5 Programa “Semana das Audiências Concentradas”

A iniciativa realizou capacitação específica de magistrados(as) e servidores(as) que atuam em unidades judiciais com competência na esfera da infância e juventude sobre a realização das audiências concentradas, destacando sua crucialidade como ferramenta para promover a garantia à convivência familiar e comunitária, segundo os preceitos estabelecidos pelo CNJ. Mesmo tendo o projeto sido encerrado, a ação tem feição e acompanhamento permanentes, com fixação de calendário anual para a realização das audiências concentradas socioeducativas e protetivas na segunda semana do mês de maio e na quarta semana do mês de novembro, conforme o Provimento CGJ n. 33/2023. Nesse viés, com o escopo de alertar os(as) magistrados(as) e os(as) servidores(as) sobre a

necessidade de, entre outras providências, reservarem a pauta de audiências da segunda semana do mês de maio (de 06/05/2024 a 10/05/2024) para a realização da “IV Semana das Audiências Concentradas” do PJSC, foi-lhes endereçado o Informativo n. 01/2024 – AC (06/02/2024) – Reserva da Pauta de Audiências. Observando-se os resultados alcançados e visando apoiar a dinâmica de realização das audiências, editou-se o Provimento n. 11/2024 com a finalidade de alterar a redação do art. 2º do Apêndice XXXIV do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) para: a) quanto ao local: adequar a normativa catarinense ao disposto pelo CNJ – Recomendação CNJ n. 98/2021 e Provimento CNJ n. 118/2021 –, tornando preferencial (e não obrigatória) a realização das audiências concentradas na sede das instituições e serviços de acolhimento, de internação ou de semiliberdade; e b) quanto às datas: flexibilizar o calendário anual dos eventos nos âmbitos protetivo e socioeducativo e permitir a escolha, dentro dos meses de maio e novembro de cada ano, das semanas que melhor se ajustarem à pauta de audiências de cada unidade judicante, sem deixar de lado que as audiências concentradas devem ser realizadas preferencialmente a cada três meses no âmbito socioeducativo (Processo n. 0017982-22.2022.8.24.0710).

### 2.1.6 Reestruturação das Equipes Multidisciplinares no PJSC

Cuida-se de procedimento inaugurado para a análise de projeto que visa à reestruturação das equipes multidisciplinares no âmbito do PJSC de modo a aprimorar e otimizar todas as etapas do procedimento para nomeação de profissionais técnicos especializados em demandas judiciais (Processo n. 0020244-42.2022.8.24.0710). Em que pesem as tratativas empreendidas para o desenvolvimento do projeto, como medida emergencial um trabalho conjunto foi iniciado, em 5 de abril de 2024, pelo Gabinete e Núcleo Financeiro da Presidência, Asplan, DOF, DGP, DSJPG, CEVID, CEIJ, GMF, CEJA e CGJ-Núcleo V, com vistas a reduzir o tempo de tramitação e o estoque de processos que demandam a atuação do setor psicossocial (acervo de 4.334 processos), por meio da cooperação de assistentes sociais e de psicólogos entre as comarcas e foros distintos, em contraturno e de forma remunerada, como alternativa para o enfrentamento das demandas sensíveis e urgentes paralisadas há mais de 60 dias, com ênfase nas ações de competência da Infância e Juventude (art. 152, § 1º, do ECA). A ação foi denominada Equipes Multidisciplinares – Cooperação, e sua apresentação ao desembargador Francisco de Oliveira Neto, presidente deste

Tribunal, ocorreu no dia 8 de maio de 2024, no Salão Nobre da Presidência (Processo n. 0022270-42.2024.8.24.0710).

### 2.1.7 “Entrega Legal para Adoção”

O projeto, a partir do disposto na Resolução CNJ n. 485/2023, estabelece um protocolo unificado no intuito de padronizar o atendimento à gestante ou parturiente que manifeste interesse na entrega voluntária de seu filho para adoção, conforme diretrizes trazidas pela Resolução Conjunta GP/CGJ n. 20/2023, divulgada a todos os magistrados e servidores por meio da Circular CGJ n. 270/2023. Trata-se do primeiro eixo do programa embrionário, denominado “Acesso à Justiça e Cidadania: Vulnerabilidades Sociais de Crianças e Adolescentes Imigrantes, Indígenas e Quilombolas”. A edição do protocolo não esgotou o objeto de trabalho afeto ao tema, porque o citado ato normativo trouxe previsão expressa de revisão do procedimento após os seis primeiros meses de vigência, à luz da premissa de melhoria contínua da prestação jurisdicional que permeia esta Corte, como valor institucional intrínseco. Uma vez superado o termo em referência – e considerando a composição multidisciplinar e interinstitucional do grupo de trabalho que viabilizou a construção do procedimento –, reputou-se arrazoado iniciar os trâmites de revisão da norma pela solicitação de sugestões de melhoria por parte daqueles que vivenciam o cotidiano da Justiça da Infância e Juventude em Santa Catarina, em especial no que concerne aos órgãos e entidades que compuseram a equipe em referência. Nesse contexto, foi expedido o Informativo n. 01/2024-EL (16/04/2024) – Programa Entrega Legal para Adoção: revisão do protocolo (sugestões de aprimoramento) –, solicitando aos(as) magistrados(as) que, acaso entendam conveniente e oportuno colaborar com o tema, encaminhem até o dia 30/04/2024, para [cgj.sdh@tjsc.jus.br](mailto:cgj.sdh@tjsc.jus.br), sugestões de aprimoramento do protocolo de “Entrega Legal para Adoção” atualmente em vigor no PJSC (Processo n. 0019127-45.2024 .8.24.0710).

### 2.1.8 “Ação Pró-Família”: fomento a soluções consensuais em processos familiares

À luz da disposição constitucional de que a família é definida como a “base da sociedade”, contando com “especial proteção do Estado” (caput do art. 226 da Constituição Federal) e da diretriz tracejada pelo art. 694 do Código de Processo Civil, que preconiza que, “Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas

de conhecimento para a mediação e conciliação”, inaugurou-se em 08/04/2024 o projeto Ação Pró-Família, com o objetivo de providenciar diagnóstico da realidade enfrentada pelas unidades judiciais sediadas na Grande Florianópolis (Capital, Palhoça, São José e Biguaçu), com competência para processar os feitos da família. Os dados trouxeram a notícia de que o número de ações que ingressam naquelas unidades não condiz com o número de audiências de conciliação designadas. Os resultados, portanto, impulsionaram a ação, notadamente por desvelarem a necessidade de realização mais célere das audiências de conciliação designadas, visando à ideia de solução pacífica das controvérsias aforadas. Optou-se, ademais, pela realização de um projeto piloto a ser realizado na vara da família sediada no Norte da Ilha ante a realidade vivenciada pela unidade. Foram definidas as orientações para a realização das audiências de conciliação que acontecerão nos dias 13 e 14 de maio de 2024, de forma presencial, no Fórum Desembargador José Arthur Boiteux, situado na Rua Des. Vítor Lima, 183, Trindade, Florianópolis/SC. As respostas à ação servirão de base a possível extensão do projeto a unidades diversas, porém com competências semelhantes (Processo n. 0020640-48.2024.8.24.0710).

### 2.1.9 Processo de Execução de Medida Socioeducativa – PEMSE

Em decorrência da implantação do e-proc no PJSC, a revisão da Orientação CGJ n. 64/20218, que reunia regras que disciplinam a formação, a tramitação e o arquivamento do Processo de Execução de Medida Socioeducativa – PEMSE, aguardou o fim dos estudos acerca da viabilidade de criação de um módulo específico para a Infância e Juventude, bem como a implementação de ferramentas para controle de internação de adolescentes em conflito com a lei. Concluído e homologado, o projeto foi adicionado ao sistema pela Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau – DSJPG, versão nacional 9.5, em 30/10/2023. O novo módulo, denominado Dados Infracionais, juntamente com outras melhorias, impactou sobremaneira nas regras procedimentais que regem o PEMSE, a exemplo da forma de instauração, montagem, envio e recebimento. A CGJ, órgão de orientação dos serviços judiciais de primeiro grau, publicou a Circular n. 314/2023, por meio da qual conferiu ampla publicidade às unidades judiciárias de Santa Catarina, em especial àquelas com atuação na área da Infância e Juventude, para ciência, conhecimento e utilização dos novos campos do sistema e-proc. Par e passo às inovações digitais, deu-se sequência aos estudos e às pesquisas para atualização jurídica da Orientação CGJ

n. 64/2018, a qual foi remodelada, com as devidas correções legislativas e incrementações sistemáticas, sendo entregue em 09/04/2024 e recebendo nova numeração, qual seja, Orientação CGJ n. 8/2024, sendo divulgada por meio da Circular CGJ n. 114/2024. Por meio desse instrumento, que rege o andamento dos PEMSE, a Corregedoria-Geral da Justiça recomenda e orienta a adoção de parâmetros uniformes na gestão dos processos judiciais, com o objetivo de implementar a padronização nas questões de ordem técnica e procedimental, na perspectiva de alcançar segurança jurídica e lograr a otimização do serviço judiciário prestado<sup>4</sup> (Processo n. 0017655-77.2022.8.24.0710).

### **2.1.10 Programa ACELERA – Acompanhamento e Logística para o eficiente e rápido acolhimento – programa de acompanhamento permanente**

À luz da normativa de regência (Provimento CGJ n. 9/2019), o Programa ACELERA tem o escopo de minimizar o tempo de permanência de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, primando pela maior brevidade possível do retorno ao convívio familiar. Nesse contexto, para alcançar os fins do programa, a CGJ identificou a necessidade de incentivar as unidades judicantes a observarem os prazos máximos de tramitação correlatos à matéria, quais sejam: (i) 120 dias para ações de destituição do poder familiar (Classe n. 15190); e (ii) 6 meses para os pedidos de medida de proteção (Classe n. 12070). Esse órgão irá encaminhar-lhes mensalmente pedidos de providência via e-mail para que magistrados(as) e servidores(as) adotem as medidas necessárias ao imediato julgamento das demandas em não conformidade, mormente daquelas cujo tempo de tramitação superou há muito os parâmetros indicados. Outrossim, com fundamento no art. 5º, parágrafo único, do Provimento CGJ n. 9/2019, será igualmente solicitado, no prazo de 5 dias contados do envio do pedido de providências, que a unidade judicante preste informações individualizadas sobre a tramitação dos processos em não conformidade, justificado o elastecimento do prazo de conclusão. Nesse caminho, foi encaminhado o Informativo n. 01/2024-ACL (14.2.2024) – Observância dos prazos do “Programa Acelera” –, solicitando aos(as) magistrados(as) e aos(as) servidores(as) que observem os prazos e as orientações acima referendados (Processo n. 0010731-50.2022.8.24.0710).

## 2.1.11 Protocolo de acolhimento aos deficientes auditivos e visuais

Formou-se grupo de trabalho como Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo (GMF), o Núcleo II desta CGJ, a Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ), a Diretoria de Suporte à Jurisdição de Primeiro Grau (DSJPG) e a Diretoria de Tecnologia e Informática (DTI) para implementar as diretrizes estabelecidas pelo CNJ sobre o tratamento de pessoas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade e adolescentes em conflito com a lei com deficiência auditiva e/ou visual, bem como para assegurar os direitos dessa população no âmbito da justiça criminal e da justiça da infância e juventude, em atenção à Recomendação CNJ n. 81/2020. Com vistas a exortar os(as) magistrados(as) e servidores(as) do primeiro grau de jurisdição com atuação na área da justiça criminal e da justiça da infância e juventude a observarem os procedimentos desse ato normativo, editou-se a Circular CGJ n. 161/2023. Entre as principais melhorias abarcadas na Versão 9.7 do e-proc, quanto à matéria tratada neste projeto há a disponibilização de campo para incluir informações sobre a condição de pessoa com deficiência, em conformidade com a Recomendação CNJ n. 81/2020. Essa informação pode ser inserida pelo advogado ou advogada durante o peticionamento inicial (em caso de um novo cadastro) ou editada pela unidade judicial ao selecionar o nome da parte. Divulgou-se o teor das inovações realizadas no sistema e-proc por meio do encaminhamento de mensagem para a lista de e-mails dos magistrados(as) e servidores(as) do primeiro grau de jurisdição, via o e-mail suporte.e-proc@tjsc.jus.br. Há, ainda, a Comissão Permanente de Acessibilidade e a Secretaria de Acessibilidade e Inclusão no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, setores vocacionados à participação e ao desenvolvimento de projetos relacionados à acessibilidade e inclusão, cujo acionamento, sempre que necessário para atendimento às pessoas referendadas no texto normativo em apreço, é iniciado via e-mail para [acessibilidade.inclusao@tjsc.jus.br](mailto:acessibilidade.inclusao@tjsc.jus.br). À luz do exposto, o projeto foi encerrado, em abril de 2024, diante do alcance ao objetivo inaugural (Processo n. n. 0042014-62.2020.8.24.0710).

## 2.1.12 Elaboração do Curso "SNA e suas funcionalidades"

Tem por objetivo geral promover a disseminação dos recursos e funcionalidades do SNA a magistrados(as) e servidores(as) designados(as) a alimentar o sistema, de modo a cumprir o que determina o art. 50, caput, do ECA (Processo n. 0020774-75.2024.8.24.0710).

### 2.1.13 Novos Caminhos

Estruturação da gestão dos recursos por meio das tratativas com FESAG e FIESC (SESI), concluída em 29/01/2024, sendo firmado convênio entre as partes e posterior publicação do edital de chamamento público para credenciamento de profissionais em psicologia. Aplicação dos recursos e execução dos atendimentos do exercício de 2024, aguardando a finalização do credenciamento dos profissionais em psicologia. Envio do projeto social Novos Caminhos às empresas Eletrobrás, Alliance One Brasil, CELESC e CIASC solicitando recursos pecuniários para o custeio dos atendimentos psicológicos. Inscrição do projeto social novos caminhos no edital de chamamento público em conselhos de Direito da Criança e do Adolescente para captação de recursos por meio do FIA e no edital de chamamento para obtenção de recursos por meio das verbas oriundas das penas pecuniárias da conta centralizada do PJSC. R\$ 400.000,00 captados mediante o edital do Conselho Gestor das penas pecuniárias do PJSC. R\$ 250.000,00 captados mediante o parceiro institucional Fundação ESAG. Aguardando resposta das empresas Eletrobrás, CELESC, CIASC e Alliance One Brasil. Aguardando resultado do edital do CEDCA/SC (recursos por meio do FIA). Captação no montante de R\$ 150.000,00 para o exercício de 2023 junto à Eletrobrás concluída. Desde 02/02/2024, 604 adolescentes foram matriculados nas iniciativas do Programa Novos Caminhos. Ao total, foram 25 ações empreendidas para dar suporte ao Programa.

### 2.1.14 Alinhamento Estratégico da Ouvidoria

Criação de plano estratégico próprio, alinhado com o planejamento geral do PJSC. Esse alinhamento garante que os esforços da Ouvidoria estejam em sintonia com as prioridades e objetivos da instituição.

### 2.1.15 Atualização da Página da Ouvidoria

Realizadas melhorias na página web, buscando atender aos requisitos do Ranking de Transparência do CNJ. Essa ação visa garantir que as informações sobre a Ouvidoria estejam acessíveis e organizadas para o cidadão.

### 2.1.16 Página do Serviço de Informação ao Cidadão

Adequação da página do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) para melhor atender às exigências de transparência estabelecidas pelo CNJ. Essa medida garante que os cidadãos tenham acesso facilitado às informações públicas.

### 2.1.17 Certificações em Ouvidorias Judiciais

Qualificação dos servidores da Ouvidoria por meio de certificações em Ouvidorias Judiciais, ministradas pelo CNJ. Esse investimento visa aprimorar o atendimento geral, com ênfase no acolhimento e no encaminhamento adequado de casos envolvendo a violência de gênero.

### 2.1.18 Pontos de Inclusão Digital (PID)

Com o foco no cidadão que têm dificuldade em acessar serviços digitais, seja por motivos financeiros, seja por dificuldade em utilizar a tecnologia, o projeto de instalação de Pontos de Inclusão Digital (PID) visa disponibilizar espaços equipados com computador, câmera e internet para possibilitar a realização de atos processuais ou atendimento por meio do Balcão Virtual, promovendo a inclusão digital e garantindo o acesso ao Judiciário. Os PID estão sendo instalados prioritariamente em municípios distantes da sede da comarca ou em comarcas com apenas um ramo da Justiça. Nestes 100 dias de gestão serão 4 PID instalados em casas da cidadania e 14 em fóruns do PJSC cuja comarca conte apenas com esse ramo da Justiça. Até o final de julho de 2024 há previsão para instalação de PID em mais 2 casas da cidadania e 21 fóruns.

### 2.1.19 Programa Novos Caminhos

Realizado convênio com TJAL e operacionalizada a Etapa Manaus, ambos por meio de convênios, em março de 2024.

### 2.1.20 Campanha Sinal Vermelho 2024

Realizadas as ações nas Comarcas de Dionísio Cerqueira e Maravilha. As próximas ações serão nas comarcas do litoral, em julho.

### 2.1.21 Programa Indira 2024

Rodas de conversa e divulgação do programa nos âmbitos nacional e estadual. Realizadas as rodas de conversas de março. Encontro anual em elaboração.

### 2.1.22 Projeto Ágora 2024

Convênio em fase de renovação. As supervisões acontecem semanalmente e há dois grupos em execução na Capital. Curso de capacitação, atualmente na fase de contratação dos professores, será realizado em junho.

### 2.1.23 Roda de Conversas Mulheres Indígenas 2024

Cartilhas Guarani e Kaingang (em divulgação e distribuição). Cartilha Xokleng traduzidas e em fase de diagramação pelo NCI.

### 2.1.24 Capacitação de magistrados e servidores em perspectiva de gênero 2024

Turma 1 em execução, 1º a 30 de abril de 2024; Turmas 2 e 3 planejadas, com a solicitação de ampliação de vagas.

### 2.1.25 Sextas do Saber

Primeiro novo projeto de 2024, “Sextas do Saber” objetiva lançar luz sobre temas estratégicos afeitos à atividade jurisdicional. Duas vezes a cada mês é realizado um encontro, intercalando as modalidades presencial e on-line. A primeira atividade pedagógica foi no dia 16 de fevereiro, com o jurista e filósofo espanhol Manuel Atienza, catedrático da Universidade de Alicante, que abordou “Activismo Judicial”.

### 2.1.26 Seminário sobre “Temas Contemporâneos do Direito: interfaces entre responsabilidade civil, redes sociais e inteligência artificial”

O Seminário, realizado em março no auditório da Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, contou com a palestra dos professores da Universidade da Calábria (Itália) Enrico Caterini e Flávio Pontes sobre “Responsabilidade Civil, Redes Sociais e Internet” e “Inteligência Artificial no Âmbito das Relações Sociais”.

### 2.1.27 Prêmio CNJ de Qualidade 2024

Deflagrado projeto de acompanhamento visando ao atendimento aos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade, edição 2024. Realizada reunião geral com as áreas e apresentadas as ferramentas de plano de ação e de acompanhamento.

### 2.1.28 Governança Organizacional – Programa de institucionalização e fomento

Em análise propostas normativas de sistema de integridade e de governança.

### 2.1.29 Expansão dos projetos de sustentabilidade

Controle da restrição dos copos plásticos para o público externo sendo aplicado. Em 05/02/2024 buchas vegetais ficaram de uso restrito às áreas de lavação, não sendo mais utilizadas nas

copas, por conta de resíduos da bucha deixados nas cafeteiras e pela dificuldade de limpeza das xícaras. Foram substituídas de maneira exitosa por esponjas de fibra de coco nas copas.

Em abril-maio de 2024 será iniciado projeto piloto com esponjas de fibra natural nos serviços de limpeza na sede do TJSC, com vistas a expandir o uso em todas as unidades. Priorização pelo abastecimento com etanol sempre que a relação entre o preço do litro do álcool e o da gasolina ficar abaixo de 0,7. Veículos da frota foram abastecidos com álcool em março/2024 e está sendo realizado levantamento dos resultados dessa iniciativa para definição sobre a continuidade do projeto.

Não houve alteração da política de distribuição das garrafas plásticas referente à proposta de eliminação submetida à Presidência. Projeto piloto de compostagem do pó de café sendo realizado na Divisão de Arquivo. Uso de sacos de lixo biodegradáveis para compostagem de café sendo aplicado. Iniciou-se em abril/2024 a reformulação da Campanha Traga Seu Copo/Caneca/Garrafa Reutilizável.

### 2.1.30 Racionalização do consumo de papel no PJSC

Política de impressão do PJSC instituída por meio da Resolução GP n. 9/2024. Conclusão da licitação para contratação de solução de impressão. Assinatura do Contrato n. 19/2024. Cronograma de implantação. Elaboração de material para orientação do público interno.

### 2.1.31 Contratações com sustentabilidade

Está sendo promovida, junto à Secretaria de Gestão Socioambiental, a revisão das metas estipuladas no PLS 2021-2026.

### 2.1.32 Projeto Remodelagem Frota

Autorizada a redução da frota nas comarcas: 10 automóveis já foram recolhidos, dos quais 5 já foram levados a leilão. Será dada continuidade ao estudo para reduzir a frota oficial. Licitação para locação de veículo SUV híbrido (PHEV combustão + elétrico), sem motorista e sem combustível, com quilometragem livre, para a Presidência do PJSC ocorreu em 29/02/2024 – Contrato assinado em 25/03/2024 – Ordem de serviço a ser emitida. Entrega dos veículos destinados à Divisão de Transporte e CGJ não foi realizada. Autorizado início da extinção contratual e a contratação de remanescente. Iniciados os estudos para identificar alternativas de transporte para as unidades do PJSC não atendidas pelos serviços de transporte por meio do

aplicativo (ampliação do contrato de serviço de agenciamento de viagens, TCPP de locação eventual de veículos para as comarcas). Contratação compartilhada com ALESC voltada a locação de veículos SUV Flex, com previsão de os serviços serem iniciados no segundo semestre/2024.

### **2.1.33 Resignifique bens apreendidos**

Manual e fluxogramas aprovados. Fase de elaboração do material de divulgação.

### **2.1.34 Comunicação Visual Digital**

Contratação realizada e ordem de serviço emitida em 19/12/2023. Projeto executivo foi apresentado pela contratada em 26/02/2024 e está na fase de ajustes finais pela área técnica. Contratada solicitou prorrogação do prazo de entrega do objeto. Previsão de conclusão em julho/2024.

### **2.1.35 Capacitação em contratações sustentáveis**

Capacitação geral prevista para agosto/2024.

### **2.1.36 Capacitação – Coleta Seletiva no PJSC**

Capacitação realizada.

## 2.2. Eixo Judicial

### 2.2.1 Implantação das Câmaras Especiais de Enfrentamento de Acervos

Com o objetivo de garantir aos jurisdicionados a razoável duração do processo, por meio do Ato Regimental TJ n. 3/2024, o Órgão Especial criou a 1ª, a 2ª e a 3ª Câmara Especial de Enfrentamento de Acervos, órgãos julgadores de cooperação, compostos de um desembargador voluntário, que preside o órgão, e de três juízes de direito de segundo grau designados pelo presidente do TJSC. Já a Resolução GP n. 20/2024 definiu os acervos que seriam redistribuídos às câmaras especiais, compreendendo processos de determinadas matérias de competência originária das câmaras de direito comercial e de direito civil.

O projeto, que contou com a participação da Diretoria-Geral Judiciária, da Diretoria de Tecnologia da Informação e da Diretoria de Cadastro e Distribuição Processual, demandou o desenvolvimento de funcionalidades no e-proc 2G, além da disponibilização da infraestrutura necessária para viabilizar o funcionamento dos daqueles órgãos.

No dia 12 de abril entrou em produção no sistema e-proc a configuração das câmaras especiais de enfrentamento de acervos, instaladas formalmente na sessão do Órgão Especial do dia 17 de abril. Entre 13 e 30 de abril foram redistribuídos à 1ª Câmara Especial de Enfrentamento de Acervos 4.588 processos oriundos das câmaras de direito comercial, e à 2ª e à 3ª Câmara Especial de Enfrentamento de Acervos 7.580 processos oriundos das câmaras de direito civil.

Ao total 12.168 processos foram redistribuídos e tem-se a estimativa de que até o final do mês de julho esse acervo inicial seja julgado, permitindo a redistribuição de novo acervo processual para as câmaras especiais de enfrentamento de acervos.

A 1ª Câmara Especial realizará sua sessão inaugural no dia 9 de maio, a 2ª Câmara Especial realizará sua primeira sessão no dia 16 de maio, e a 3ª Câmara Especial realizará sua sessão inaugural no dia 14 de maio de 2024. A periodicidade das sessões será semanal.

## 2.2.2 Sustentação Oral e Pedidos de Preferência no e-proc 2G

Lastreados pela Emenda Regimental TJ n. 40/2024, a partir de 10/04/2024 os pedidos de preferência na ordem de julgamento e inscrições para sustentação oral deverão ser realizados diretamente no sistema e-proc 2G, com exceção dos processos apresentados em mesa para julgamento, nos quais o pedido poderá ser formulado ao secretário do órgão julgador. A nova ferramenta substituirá o formulário eletrônico até então utilizado, dando mais comodidade para os advogados, defensores públicos e procuradores, bem como facilitará as atividades dos secretários dos órgãos julgadores, que terão acesso a tais funcionalidades diretamente no sistema e-proc 2G do TJSC.

## 2.2.3 Residência Fora da Comarca – CGJ

Proposta de resolução ao Conselho da Magistratura para atualizar e incluir novos critérios para a residência de magistrados(as) fora dos limites da sede da comarca ou turma recursal de atuação, que culminou na edição da Resolução CM n. 1/2024.

## 2.2.4 Concursos de movimentação na carreira da Magistratura

Criação e disponibilização de novos painéis de Business Intelligence para instruir os relatórios prévios aos concursos de movimentação na carreira da Magistratura, condensando dados de produção dos magistrados e das lotações no biênio (em parceria com o Numopede e a Assessoria de Informática da CGJ).

## 2.2.5 Desenvolvimento do Robô de Penhora de Ativos Judiciais

Considerando a necessidade de ampliação dos serviços de apoio atualmente fornecidos pela Central de Apoio à Movimentação Processual (CAMP), foi criado o Robô de Pesquisa de Ativos Judiciais, voltado à localização de processos em que a parte requerida nos autos de origem figure como parte ativa. Esse recurso faz a busca por subcontas vinculadas ao processo e, se existentes, insere na informação. A ideia com o fornecimento desse serviço é subsidiar o advogado com mais uma fonte de consulta, a fim de avaliar a possibilidade de requerimento de penhora no rosto dos autos.

## 2.2.6 Implementação das regras do Robô Auxiliar no sistema e-proc

A partir da implementação da Tramitação Ágil no sistema e-proc, notadamente com relação à possibilidade de emissão de minutas mediante preferência, foi possível a criação das regras na Unidade Estadual de Direito Bancário, já validadas e consolidadas no trabalho de apoio desenvolvido pelo Robô Auxiliar, de modo que foram criados fluxos de trabalho com base na classificação de documentos, usando o recurso do classificador de textos fornecido pelo sistema e-proc. Com a criação de blocos textuais com conjuntos de expressões que auxiliassem na correta classificação dos documentos, foi possível manter a continuidade dos serviços de emissão automatizada de minutas, permanecendo a análise pelo classificador do Robô Auxiliar do passivo que eventualmente não tenha sido triado pelos recursos disponibilizados e-proc. Verificados novos padrões textuais não classificados, eles passarão a compor o conjunto de textos para busca. Desde o início dessa atividade, em 09/04/2024, foram criadas 42 regras de automação de localizadores e produzidas 1.824 minutas, sendo 1.226 despachos/decisões e 598 sentenças. Além da classificação de conteúdo, as automações também podem ser programadas para fazer a conclusão e localização dos processos, bem como a inserção de minutas, entre outras funcionalidades.

## 2.2.7 Triagem de processos da Vara de Execuções Contra a Fazenda Pública da Capital por meio do robô auxiliar

Partindo do localizador Embargos de Declaração, foram extraídos os recursos e identificadas as principais teses, as quais resultaram em 13 textos distintos. A partir da curadoria dos dados, foi alimentada a funcionalidade do robô auxiliar denominada bag of words ou saco de palavras, o que resultou na classificação de mais de duas mil petições entre as redações acima referidas e, posteriormente, na minutagem dos processos.

## 2.2.8 Triagem de processos da 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital para análise conjunta pelo CEJUSC Estadual por meio do robô

Por meio da investigação de todo o acervo da unidade acima indicada, foi realizada a pesquisa de demandas propostas pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina em face da Prefeitura de Florianópolis com o tema "REURB" e "origem 32". A partir da curadoria dos dados, foi alimentada a funcionalidade

do robô auxiliar denominada bag of words ou saco de palavras, o que resultou na identificação de 38 processos, os quais foram encaminhados ao CEJUSC Estadual, que tencionava criar pautas concentradas para solução conjunta das demandas.

### **2.2.9 Implementação do robô auxiliar na Vara de Cumprimentos de Sentença Cíveis e Execuções Extrajudiciais da Comarca da**

No dia 18/04/2024 foi realizada a primeira extração de petições da Vara de Cumprimentos de Sentença Cíveis e Execuções Extrajudiciais da Comarca da Capital. Seguindo o mesmo procedimento já implementado com sucesso na competência bancária, foram colhidos os dados de mais de duas mil petições da referida unidade. As informações estão sendo entabuladas, e os principais blocos de redação identificados, para então serem confeccionadas as preferências, a fim de permitir a minutagem, no âmbito da "tramitação ágil".

### **2.2.10 Implementação da consulta de endereços via SISBAJUD**

Com a consolidação da busca e bloqueio de valores via SISBAJUD pelos serviços mantidos pela CAMP, identificou-se a possibilidade de ampliação dos serviços no mesmo sistema para a busca de endereços, relação de agências e subcontas e do saldo consolidado por meio de recurso já disponibilizado pelo próprio e-proc, que faz a consulta e recebe as respostas por integração.

### **2.2.11 Criação de módulo de pesquisa aos sistemas RENAJUD e SISBAJUD por serviço**

Com foco na necessidade de aperfeiçoarmos a comunicação com os sistemas RENAJUD e SISBAJUD, foi desenvolvido serviço de conexão para a leitura dos dados, possibilitando seu uso para inúmeras aplicações de apoio e controle correicional, como a busca por processos arquivados, mas com registros ainda pendentes de impulso nos referidos sistemas.

### **2.2.12 Pesquisa e certificação de óbitos no Sistema SEEU**

Por meio do robô de óbitos foi realizada uma varredura em todos os processos em andamento no sistema SEEU para certificação e impulso. O recurso localizou e juntou 377 certidões de óbitos e intimou o Ministério Público para impulso.

### 2.2.13 Auditoria nas ordens pendentes de tratamento no sistema SISBAJUD

A CGJ tem acompanhado e cobrado o primeiro grau para o impulso prioritário de processos judiciais em que exista valor bloqueado pendente de desdobramento no SISBAJUD por meio de circular específica.

### 2.2.14 Apoio na criação e desenvolvimento de automações na Vara de Execuções Fiscais Estaduais – VEFE

Incluindo testes com a Automatização da Tramitação Processual (Ações Programadas da Tramitação Ágil).

### 2.2.15 Expansão da atuação do Robô Auxiliar

Com a pesquisa de petições e a criação de base para classificação de documentos, na competência de cumprimento de sentença e execução extrajudicial, junto à Vara de Cumprimentos de Sentenças Cíveis e Execuções Extrajudiciais da Comarca da Capital.

### 2.2.16 Estudos jurimétricos para análise da viabilidade de modificação e atualização da estrutura de divisão e organização judiciária do primeiro grau de jurisdição

Especificamente: a) redefinição das competências das Varas da Fazenda Pública da Comarca da Capital; b) análise sobre a possibilidade de transferência da competência extrajudicial do Juiz Diretor do Foro para o Juiz de Direito dos Registros Públicos; c) transformação da Unidade Judiciária de Cooperação da Comarca de Guaramirim em Vara Criminal da Comarca de Guaramirim; e d) ampliação da competência da Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Jaraguá do Sul.

### 2.2.17 Conclusão do acompanhamento da digitalização do acervo processual físico

No início da gestão, o acervo de processos físicos era de 1.432 processos, distribuídos nas seguintes situações: 14 arquivados administrativamente, 175 em andamento e 1.243 suspensos. Após a atuação do Núcleo II, o número reduziu e, atualmente, há 1.023 processos, sendo 136 em andamento e 887 suspensos.

### 2.2.18 Renovação do Termo de Adesão n. 179/2019

Celebrado entre o PJSC e o Conselho Nacional de Justiça, para permitir a realização de consultas de endereços e a inclusão de anotações de ações de execução na base de dados da Serasa, via internet, por meio do Sistema SerasaJud.

### **2.2.19 Renovação do Acordo de Cooperação n. 30/2021**

Celebrado entre o PJSC e a Agência Nacional de Saúde Suplementar visando ao intercâmbio e à cooperação técnica relacionada à assistência suplementar à saúde.

### **2.2.20 Prorrogação do Acordo de Cooperação Técnica n. 43/2023**

Celebrado entre o PJSC e o Serviço Nacional de Proteção ao Crédito – SPC Brasil, que tem por objeto a mútua cooperação entre as partes de forma a possibilitar aos juízes e servidores previamente autorizados e cadastrados o acesso ao sistema SPCJUD mantido pelo SPC BRASIL com a finalidade exclusiva de instrução processual.

### **2.2.21 Renovação da Permissão de Uso n. 040/2014**

Que tem por objeto a permissão de uso não onerosa, temporária e precária de sala nas dependências dos fóruns das comarcas do Estado de Santa Catarina para a realização de audiências da Justiça Eleitoral por meio de videoconferência.

### **2.2.22 Prorrogação do Termo de Cooperação n. 016/2016**

Celebrado entre o PJSC e o Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, o qual tem por objeto a disponibilização de acesso recíproco aos bancos de dados que reúnem os registros processuais criminais feitos em nome de determinada pessoa.

### **2.2.23 Correições presenciais e virtuais**

Nos primeiros 100 dias de gestão foram realizadas 17 correições na modalidade presencial e 28 na modalidade virtual.

### **2.2.24 Cooperação em cartório**

Expedição de 5 portarias beneficiando 74 unidades com o recebimento de cooperadores para atividades cartorárias, nos termos do art. 2º, § 1º, da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 14/2022.

### **2.2.25 Tramitação ágil**

Com o avanço do projeto piloto de implementação das ferramentas de Automatização da Tramitação Processual do e-proc na Vara Estadual de Direito Bancário e na Vara Estadual de Execuções Fiscais, foram convidadas 9 unidades judiciais para receber treinamento do Programa de Gestão de Unidades no ano de 2023 para implementação das novidades da versão do e-proc. Cada unidade tem o acompanhamento de um assessor técnico do núcleo no cadastramento das automações e documentação dos achados positivos e negativos do projeto.

## 2.2.26 Atualização das Resoluções Conjuntas GP/CGJ n. 19/2021 e n. 20/2021 e da Orientação CGJ n. 63/2028 – Conselho Gestor da Conta Centralizada (CGCC)

A ação definida como “Acompanhamento e fiscalização do cumprimento das diretrizes das Resoluções Conjuntas GP/CGJ n. 19/2021 e n. 20/2021 pelas unidades gestoras”, já descrita, desvelou a imperiosa necessidade de atualização dos termos das Resoluções Conjuntas GP/CGJ n. 19/2021 e n. 20/2021, bem assim da Orientação n. 63/2018, elaborada no âmbito desta CGJ. Orienta as unidades do primeiro grau de jurisdição nos procedimentos que guardam relação com o recolhimento, a destinação, a liberação, a aplicação e a prestação de contas dos valores oriundos da pena de prestação pecuniária, do acordo de transação penal, do acordo de não persecução penal e da aceitação da suspensão condicional do processo. Foi autuado procedimento próprio nesta CGJ notadamente para debater a viabilidade das atualizações pretendidas, visando esclarecer os procedimentos e rotinas que devem ser empreendidos anualmente pelos gestores das unidades angariadoras no tocante à observância dos prazos peremptórios e possíveis consequências de sua extrapolação. O Núcleo de Direitos Humanos (Núcleo V) desta CGJ integra a Comissão de Apoio do Conselho Gestor da Conta Centralizada (CACGCC), em observância ao art. 14 e seguintes da Resolução Conjunta GP/CGJ n. 20/2021.

## 2.2.27 Concurso público para juiz substituto

Realizada a prova objetiva seletiva do concurso público para o provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva para o cargo de juiz substituto no dia 25 de fevereiro, disciplinado pelo Edital n. 62/2023. Dos 8.955 inscritos, 6.095 candidatos compareceram a um dos nove locais de prova. O resultado definitivo dessa prova habilitou 532 candidatos à próxima fase, de provas escritas (discursiva e sentenças), a ser realizada entre 3 e 5 de maio.

## 2.2.28 Exame Nacional da Magistratura

Realizados 72 procedimentos de heteroidentificação dos candidatos inscritos para o Exame Nacional da Magistratura (ENAM) que se identificaram como negros e possuem domicílio neste Estado. Acompanhamento da aplicação deste exame no dia 14 de abril em Santa Catarina. Dos 1.225 inscritos, 887 candidatos realizaram a prova.

### **2.2.29 Novo concurso público para juiz substituto – 2025**

Iniciados os procedimentos para a realização de novo concurso público para ingresso na carreira da magistratura catarinense, prevendo-se o provimento de 20 cargos vagos de juiz substituto no exercício de 2025, além da eventual formação de cadastro de reserva.

### **2.2.30 Concurso público para servidores**

Deflagrado o concurso público para ingresso no quadro de pessoal do PJSC em 25/03, por meio do Edital n. 25/2024, que visa à formação de cadastro de reserva para os cargos de analista administrativo, analista jurídico, assistente social, engenheiro civil, engenheiro eletricitista, oficial de justiça e avaliador e técnico judiciário auxiliar.

### **2.2.31 Residência Jurídica**

Concluído o processo seletivo do Programa de Residência Jurídica, inaugurado em 24/11/2023 pelo Edital n. 68/2023, cujo resultado foi publicado em 15/04/2024.

### **2.2.32 Concurso público para ingresso na Atividade Notarial e de Registro – Edital 05/2020**

Continuidade ao concurso público para ingresso, por provimento ou remoção, na Atividade Notarial e de Registro do Estado de Santa Catarina, regido pelo Edital n. 05/2020. Na audiência de escolha, realizada no Auditório do Tribunal Pleno do TJSC, em 22/04/2024, compareceram 615 candidatos aprovados no certame, sendo 592 pela modalidade provimento, dos quais 29 figuraram na lista de Pessoa com Deficiência, e, ainda, 43 concomitantemente na modalidade remoção, aos quais foi dada a oportunidade de escolha das 213 serventias vagas no Estado de Santa Catarina.

### **2.2.33 Concurso público para ingresso na Atividade Notarial e de Registro – Edital 15/2022**

Andamento ao concurso público para ingresso, por provimento ou remoção, na Atividade Notarial e de Registro do Estado de Santa Catarina, regido pelo Edital n. 15/2022, alterado pelo Edital n. 5/2023. Durante o mês de março procedeu-se à fase de análise dos documentos exigidos para a comprovação dos requisitos para outorga e dos títulos pelos candidatos habilitados, bem como da realização de investigação social sobre a vida pregressa dos concorrentes.

### 2.2.34 Projeto de Gestão de Precedentes Vinculantes

Iniciado o projeto, envolvendo a Segunda e a Terceira Vice-Presidências e o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPNAC), para a melhoria da gestão estratégica de precedentes vinculantes no PJSC.

### 2.2.35 Projeto Piloto de Tramitação Ágil no e-proc-2G

Participação no Projeto Piloto de Tramitação Ágil 2G (e-proc), desenvolvido pela Diretoria-Geral Judiciária no âmbito do segundo grau visando à criação de regras de ações programadas para automatizar procedimentos burocráticos em unidades jurisdicionais.

### 2.2.36 Curso Juízo de Admissibilidade de Recurso Excepcionais

Promoção do Curso “*Juízo de Admissibilidade de Recurso Excepcionais*”, ministrado por Marcelo Ornellas Marchiori, assessor-chefe do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEP) do Superior Tribunal de Justiça, aos servidores que compõem a Segunda e a Terceira Vice-Presidência, a Câmara de Recursos Delegados, a Divisão de Recursos aos Tribunais Superiores/DRI, o NUGEPNAC e as turmas recursais deste Tribunal de Justiça.

### 2.2.37 Justiça Tributária

O projeto objetiva apresentar soluções efetivas para a qualificação da prestação jurisdicional relacionada às execuções fiscais. Amparado pelo julgamento do Tema n. 1184, do Supremo Tribunal Federal, e pela Resolução CNJ n. 547/2024, o programa busca medidas inovadoras para o enfrentamento do acervo, bem como possibilitar maior eficiência na tramitação processual das execuções fiscais.

### 2.2.38 ACERTA SC

Lançado em agosto de 2023, o Programa Acerta SC é uma iniciativa do TJSC e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis que visa reduzir o volume de ajuizamento de ações de execução fiscal decorrentes de inadimplemento de tributos, bem como evitar a prescrição dos créditos tributários. Em 30/04/2024, os presidentes do TJSC e do TCE/SC assinaram a ata de instalação do Comitê Gestor Interinstitucional do Acerta SC, que terá como propósito definir as diretrizes, os prazos e os planos de trabalho, além de aprovar a adesão dos novos municípios e apresentar os dados e resultados do programa.

### 2.2.39 Lar Legal

O Programa Lar Legal tem como objetivo facilitar a outorga de títulos de propriedade preponderantemente para famílias de baixa renda que ocupam áreas de imóvel urbano ou urbanizado, integrante de loteamento ou desmembramento em desconformidade com a legislação e que dependem de registro para alcançar direitos básicos de cidadania. Como instrumento jurídico de regularização fundiária, o Lar Legal muda a vida das pessoas, conferindo cidadania, dignidade e sentimento de pertencimento, além de transformar cenários em outros vários aspectos. Destaca-se que nos primeiros 100 dias de gestão foram entregues 1.374 títulos aos interessados, o que beneficiou cidadãos de 23 municípios catarinenses.

### 2.2.40 Programa Lar Legal

Formalizado o Protocolo de Intenção entre o PJSC e a SAS/SC no âmbito do Programa Lar Legal em março.

### 2.2.41 Estadualização Bancária

Aprovado o projeto de lei visando à criação dos cargos para a equalização da força de trabalho entre os juízes especiais e os titulares, assim como para a viabilização de nova estrutura para a Divisão de Tramitação Remota de Direito Bancário. Em maio será definida a estratégia para o provimento dos cargos. Alterada a resolução sobre a AJG de forma a atender às necessidades da estadualização. Está em curso o atendimento nas comarcas, o ajuste das lotações e a padronização de procedimentos.

### 2.2.42 Reestruturação do Atendimento – Bancária

Realizado o diagnóstico do atendimento; implementação do repasse automatizado de pedidos; implementação do envio automatizado de lembretes sobre a escala do atendimento; estruturação da triagem socioeconômica AJG. As próximas etapas são a implementação de autoatendimento no WhatsApp Business via chatbot e a migração dos materiais de capacitação para o Sharepoint, assim como a capacitação dos atendentes por meio de videoaulas síncronas. Atualizados os prazos das atividades.

### 2.2.43 Vara de Garantias em Balneário Camboriú

Instalação da Vara de Garantias em Balneário Camboriú em abril.

## 2.2.44 Realização do FEJESC

Em parceria, a COJEPMEC e a AJ trabalharam para a preparação do Fórum Estadual dos Juizados Especiais de Santa Catarina (FEJESC), a ser realizado em 9 e 10 de maio. Além de palestras, quatro oficinas temáticas integram a programação do FEJESC. O evento é dirigido a juízes, servidores, assessores, juízes leigos, mediadores, conciliadores e bolsistas atuantes no Sistema de Juizados Especiais.

## 2.2.45 CEJUSC 2º GRAU

Está sendo avaliado o resultado da atuação do CEJUSC Estadual Catarinense no 2º Grau para verificar a necessidade de instalação de unidade própria de CEJUSC 2G.

## 2.2.46 CEJUSC Tributário

Depois de Blumenau, foi criado um CEJUSC Tributário em Criciúma. Em tratativas está a possível instalação nas Comarcas de Joinville e Balneário Camboriú. O projeto está em análise pela Administração e, entre as eventuais etapas futuras, prevê-se a aproximação aos entes federativos.

## 2.2.47 Ciclos de Conversas

Estão sendo realizadas semanalmente reuniões com os conciliadores e mediadores.

## 2.2.48 Conciliação e mediação de conflitos oriundos do superendividamento do consumidor

Abarcado pelo CEJUSC Estadual Catarinense, sob supervisão da COJEPMEC. Em desenvolvimento, tendo a Presidência autorizado a adesão ao período de testes do aplicativo Conciliasuper. Além disso, está em análise uma proposta de termo de cooperação técnica entre o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Estado de Santa Catarina e o Município de Florianópolis cujo objeto é a implementação do Programa de Apoio ao Superendividado (PAS) a fim de auxiliar os consumidores superendividados, orientando e promovendo a renegociação de dívidas com seus credores, garantindo a conciliação e a mediação de conflitos oriundos do superendividamento, entre outras medidas, inclusive psicossociais, educacionais e culturais, de proteção do consumidor pessoa natural.

## 2.2.49 Justiça Itinerante (Resolução CNJ n. 460/2022)

Atualmente está em prospecção a aquisição ou a locação de veículos compatíveis com o atendimento pretendido.

## 2.2.50 Projeto Resolve

Retomado o uso da plataforma, a qual vem sendo utilizada no Juizado Especial da Comarca de São José em demandas relativas à prestação de serviços de empresas aéreas. Após ser realizado projeto piloto em duas comarcas, Capital/Norte da Ilha e Joinville, foi identificada a necessidade de pequenos ajustes na plataforma. O projeto foi retomado para ser utilizado no CEJUSC Estadual. Aguardando definição da operacionalização da ferramenta no Comitê Gestor do e-proc TJSC.

## 2.2.51 Campanha Justiça Pela Paz em Casa 2024

Realizada na semana de março/2024. Iniciados os preparativos para a semana de agosto.

## 2.2.52 Automação e Enfrentamento do Acervo da Execução Fiscal Municipal Estadual

Especialização do Atendimento da Execução Fiscal: em andamento. Quite & Archive: em expansão. Saneamento do Acervo UREF: em andamento. Automação de Fluxos UREF: em andamento. Implantação das ferramentas de tramitação ágil do e-proc: em andamento.

## 2.2.53 Apoio não estruturado a unidades judiciais

Até o momento, as seguintes unidades judiciais receberam o apoio do projeto: Juizado Especial da Fazenda Pública de Araranguá, Vara Criminal de Imbituba, 1ª Vara de Penha, Vara Criminal de Curitiba, 2º Vara Cível de Rio do Sul, Oitava Vara Cível de Joinville, Juizado Violência Doméstica de Criciúma, Juizado Triplo de São Bento do Sul, Juizado Triplo de Navegantes, Vara Única de Penha e 2ª Vara de Imbituba. A próxima unidade que receberá o apoio será a Unidade Judicial de Cooperação de Guaramirim, com previsão de início em 15/02/2024. Em Guaramirim iniciado no mês de março, com ajuste com chefe de cartório, assessoria e magistrada, realizado após o início. Faltam ações residuais na Comarca de Curitiba.

## 2.2.54 Abreviando Distâncias

Ajuste das equipes para retomada das atividades de integração entre as coordenadorias.

## 2.2.55 Melhorias procedimentais com apoio do e-proc 2G

Nos primeiros 100 dias de gestão, destacam-se melhorias e boas práticas introduzidas operacionalizadas na DRI como (i) travamento do peticionamento em processos remetidos

ao Superior Tribunal de Justiça, possibilitando o correto direcionamento das petições e otimizando as atividades da 2ª e da 3ª Vice-Presidência; (ii) remessa dos agravos de instrumento ao Superior Tribunal de Justiça, via Modelo Nacional de Interoperabilidade, utilizando a chave de acesso do processo originário; (iii) comunicação automática nas ações originárias em trâmite no sistema e-proc 1G do trânsito em julgado dos agravos de instrumento que tramitaram no e-proc 2G, entre outros.

#### **2.2.56 Uso de inteligência artificial na triagem de processos**

Utilização, na Diretoria de Recursos e Incidentes, de mecanismos de inteligência artificial disponibilizados no e-proc 2G, mediante cadastro e filtro de classificação de conteúdo, possibilitando triar e separar processos por palavras-chave utilizadas nas petições em situações como (i) substabelecimento quando protocolado como petição; (ii) efeito suspensivo, nos recursos constitucionais; (iii) decisões em alvará de soltura e revelia. Nesses casos não há necessidade de análise individual de todos os processos recebidos na diretoria.

#### **2.2.57 Apoio às comarcas – arquivamento e desarquivamento de processos físicos**

Entre fevereiro e abril foram recolhidas 2.138 caixas de processos judiciais findos que estavam arquivados nas comarcas. Já os pedidos de desarquivamento foram atendidos com a digitalização e posterior disponibilização no sistema Pergamum dos arquivos eletrônicos dos processos judiciais. A digitalização evitou o envio físico, por malote dos Correios, de 7.232 processos judiciais, o que equivale a 5 toneladas de documentos. Com isso, houve maior celeridade no atendimento dos pedidos, com uma média de 8 dias úteis transcorridos desde a solicitação da comarca até o acesso ao documento digitalizado.

#### **2.2.58 Criação das Câmaras de Enfrentamento de Acervo (2G)**

Modificar as regras de distribuição de processos para criar órgãos julgadores para reduzir o acervo de processos judiciais em determinadas áreas do TJSC. Projeto autorizado para execução em 12/03. Entre 8 e 13/04 foram criadas as câmaras de enfrentamento de acervo, habilitadas as competências e redistribuídos 9.239 processos. Entre 15 e 22/04, acompanhamento da produção e ajustes. Concluído em 25/04/2024.

## 2.2.59 Configurações na Vara Regional de Garantias de Balneário Camboriú

O Judiciário catarinense foi pioneiro na criação dessa nova competência, alicerçado na Lei n. 13.964/2019, que estabelece a função do juiz de garantias.

## 2.2.60 Integração do e-proc ao Domicílio Judicial Eletrônico

Cumprir a Resolução CNJ n. 455/2022, que visa concentrar num único local as comunicações de processos emitidas pelos tribunais brasileiros.

## 2.2.61 Tramitação Ágil – Execução Fiscal

Visa automatizar fluxos da competência do executivo fiscal estadual a fim de viabilizar a implantação da unidade estadual da competência. O projeto tem previsão de término em 28/05/2024 e traz benefícios como melhoria da prestação jurisdicional e criação de um novo Núcleo de Justiça 4.0.

## 2.2.62 Projeto para fomento à gestão e operação da Câmara de Recursos Delegados

Iniciado o projeto, em conjunto com as demais Vice-Presidências e a Diretoria-Geral Judiciária, para a melhoria do modelo gerencial de administração e funcionamento da Câmara de Recursos Delegados do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

## 2.2.63 Implantação do Banco Nacional de Precedentes (BNP)

Integrar o e-proc com o BNP no prazo estabelecido pelo CNJ, o que permite a atualização automática dos temas do STF/STJ, bem como o envio automatizado dos processos sobrestados. Concluído em 27/02/2024.

## 2.2.64 Notificação da Baixa de Inquéritos às Polícias

Enviar notificações para as polícias e intimar as partes devidamente representadas quando o Ministério Público manifestasse o arquivamento de inquéritos, conforme a legislação. Concluído em 15/04/2024.

## 2.2.65 Integração do e-proc 1G com o SEEU

Visa implantar as funcionalidades de integração com o sistema SEEU no primeiro grau, com a implantação concorrente da totalidade dos dados criminais no e-proc. O projeto tem previsão de término em 05/05/2024 e traz benefícios como melhoria na prestação jurisdicional e diminuição do risco de erros na transcrição das informações de um sistema para outro.

## 2.2.66 Automações para Execução Penal

Pedido realizado na CGJ. Processo está em acompanhamento pela Secretaria do SEEU.

## 2.2.67 Melhorias no Pedido de Alvará Eletrônico

Visa aperfeiçoar o formulário de pedido de alvará eletrônico, evitando o preenchimento incorreto das informações por parte dos advogados e agilizando a emissão dos alvarás pelos chefes de cartório. O projeto tem previsão de término em 15/05/2024.

## 2.2.68 Ajustes no e-proc para uso do serviço da Valorem

Visa manter as opções de pagamento com cartão de crédito para as custas judiciais diante das mudanças na integração com a empresa que processa os pagamentos. O projeto tem previsão de término em 20/05/2024.

## 2.2.69 Implantação da versão nacional do e-proc 9.7

Implantada em 17/03 a versão 9.7 do e-proc no TJSC. Com a conclusão do projeto, o PJSC agora está usando a versão mais recente do e-proc e está contribuindo ativamente para o desenvolvimento do e-proc nacional.

## 2.2.70 Pequenas melhorias do e-proc 2024.1

Tem o objetivo de entregar aos usuários do e-proc pequenas melhorias no sistema, que ajudam na execução das tarefas diárias, conforme demandas priorizadas pela DSJPG/DAJ e pela DSJSG/DGJ. O projeto tem previsão de término em 28/06/2024.

## 2.2.71 Implantação da versão nacional do e-proc 9.8

Além de eventuais correções e disponibilização de melhorias, esta implantação mantém o e-proc do PJSC na versão mais atual, conforme os termos do acordo de cooperação técnica firmado entre TJSC e TRF4.

## 2.2.72 Migração do módulo SIDEJUD Comarcas para Web (Fase 2)

Tem por objetivo migrar o sistema de depósitos judiciais utilizado nas comarcas para web, substituindo a tecnologia descontinuada que impede a atualização do banco de dados e a compatibilidade com futuras versões do Windows. Previsão de término em 30/06/2024.

## 2.2.73 Simplificação/Automação da Emissão de Alvarás

Em testes pela equipe do Sidejud.

## 2.2.74 Autenticação do Sistema de Certidões no GOV.BR

O projeto visa normalizar o atendimento das filas de análise de certidões, respeitando assim o prazo de 5 dias para sua emissão, por meio do bloqueio de robôs de consulta que atuam de forma massiva, afetando a rotina dos trabalhos e o atraso na entrega das certidões aos solicitantes.

## 2.2.75 Adoção do Microsoft Teams como ferramenta para audiências

Visa expandir o uso do Microsoft Teams integrado ao e-proc para realizar audiências judiciais, com benefícios como agilidade, segurança e transcrição automática. O projeto piloto tem previsão de término em 30/04/2024.

## 2.2.76 LLM – Prova de Conceito (POC) – Uso da plataforma OpenAI em nuvem (Azure)

Visa avaliar a solução de inteligência artificial da Microsoft para auxiliar em atividades específicas em cartórios e gabinetes, como geração de resumos de sentenças, extração de dados estruturados das petições e resposta a perguntas sobre o processo judicial. O projeto tem previsão de término em 17/05/2024 e traz benefícios como melhorar a produtividade e automatizar ações repetitivas.

## 2.2.77 Aquisição de nova infraestrutura de equipamentos para o e-proc

Visa evoluir a infraestrutura tecnológica de servidores responsáveis pelo processamento e armazenamento das informações do sistema e-proc. Previsão de término em 30/06/2024.

## 2.2.78 Alteração de leiaute na nova vara de Jaraguá do Sul

Serviços em andamento.

## 2.2.79 Alteração de leiaute na nova vara de Palhoça

Em aprovação de projeto pela Presidência e pela comarca.

## 2.2.80 Construção do fórum de Timbó

Instalação realizada – obra rescindida.

## 2.2.81 Reforma da cobertura do fórum de Lebon Régis

Obra concluída.

## 2.2.82 Construção do novo prédio do fórum da Comarca de Curitibaanos

Projeto em fase de orçamentação (formação do preço-base para licitação das obras).

## 2.2.83 Construção do novo prédio do fórum da Comarca de Presidente Getúlio

Em fase inicial de formação do preço de referência para licitação (fase de orçamentação).

## 2.2.84 Construção do novo prédio do fórum da Comarca de Rio Negrinho

Projeto em fase de orçamentação (formação do preço-base para licitação das obras).

## 2.2.85 Formação Inicial para a Magistratura

A Academia Judicial (AJ) iniciou 2024 com a retomada do curso de Formação Inicial para a Magistratura, dirigido a um grupo de 15 juízes e juízas empossados em setembro do ano anterior. No período, além das aulas teóricas e prática supervisionada, houve a visita de representantes da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura (ENFAM) para acompanhamento do curso.

## 2.2.86 Residência Jurídica

A partir de março de 2024 foi realizado o processo seletivo do Programa de Residência Jurídica, com 245 vagas abertas nas comarcas e no Tribunal de Justiça. Os candidatos aprovados, bacharéis em Direito, atuarão na atividade prático-jurídica em gabinetes de juízes e desembargadores do PJSC.

## 2.2.87 Curso e-proc em Foco

A AJ formou duas turmas do Curso e-proc em Foco. Os participantes foram motivados a aprender a reconhecer os principais problemas encontrados em suas atividades de trabalho diárias e tiveram a oportunidade de compartilhar boas práticas para a resolução dessas questões.

## 2.2.88 Curso Automatização no e-proc – Teoria e Prática

Uma de suas ações formativas mais recentes, a AJ matriculou 1.721 pessoas neste curso, previsto para ser realizado no período de 29 de abril a 28 de julho deste ano, tendo como público-alvo magistrados e servidores. O objetivo do curso é que os participantes aprendam a utilizar toda a potencialidade

da ferramenta denominada "automatização de localizadores", que possibilita otimizar tarefas de triagem, controle de prazos, regularidade e fluxo processual, além de outras atividades que demandam tempo e esforço manual.

### **2.2.89 Encontro Unidades de Execução Penal**

Definidos os objetivos de aprendizagem do curso. As próximas etapas envolvem a definição do cronograma com a AJ, a definição dos conteúdos, a elaboração dos materiais e a realização do encontro das unidades que trabalham com execução penal.

### **2.2.90 Cooperação de servidores em unidades judiciais**

Operacionalizada a cooperação de oficiais de justiça oriundos da Capital para atuar na Comarca de Palhoça em março 2024.

## 2.3. Eixo Administrativo

### 2.3.1 Entregas e serviços

Realização do seminário SAIBA 2024, em fevereiro.

Implementação do registro de folga ou pagamento de valores relativos ao trabalho em regime de plantão, em abril.

Atualização da frota de veículos de representação, em abril.

Realizado chamamento público para prédios para as áreas administrativa ou judicante, em abril.

Efetuada a baixa e doação de 2.028 bens, móveis e equipamentos, entre fevereiro e abril.

Concedidos auxílio-saúde e auxílio-creche – espectro autista, em fevereiro.

Adequações da reforma da previdência, em fevereiro.

Estruturação do Núcleo de Comunicação Institucional, em fevereiro.

### 2.3.2 Unificação dos cadastros de magistrados

Desenvolvimento de ferramenta única para armazenamento e catalogação de dados cadastrais, pessoais e funcionais dos magistrados, em substituição ao Sistema de Cadastro de Magistrados.

### 2.3.3 Acompanhamento do processo de vitaliciamento de 15 juízes substitutos

Elaboração de relatórios individuais relativos à 1ª etapa do processo de vitaliciamento, seguido de entrevistas presenciais com os 15 juízes vitaliciandos.

### 2.3.4 Capacitação da primeira turma do Programa de Gestão de Unidades

Trata-se programa voltado para a orientação e o apoio das unidades judiciais para a implementação de modelos de gestão baseados em: a) gestão unificada: compreendida como a administração interconectada do lançamento de minutas (de despachos, decisões e sentenças) e do cumprimento de atos processuais; b) gestão de gabinete: compreendida na adequada distribuição do fluxo processual em gabinete, de modo a atender não só à elevada quantidade de casos simples e repetitivos, como também às prioridades e às complexidades; e c) gestão de cartório: balizada na perspectiva de gestão digital de processos judiciais, evitando-se a replicação ou importação de rotinas

estabelecidas para autos físicos ou sistemas computacionais mais burocráticos, introduzindo-se a cultura do mapeamento e da automação de atividades sequenciais.

A capacitação é realizada em três etapas: 1ª etapa: encontro presencial com a duração de dois dias e a presença dos magistrados, assessores de gabinete e chefes de cartório, no qual são abordados temas relacionados ao mapeamento de processos de trabalho, análise estatística (painéis de Business Intelligence da CGJ) e gestão, consoante modelos acima apontados; 2ª etapa: os assessores correicionais devidamente capacitados efetuam o acompanhamento remoto da unidade para implementação das medidas de gestão definidas na primeira etapa, nos moldes de cronograma específico; e 3ª etapa: encontro presencial, no qual as unidades apresentam as melhorias efetuadas e o plano de trabalho desenvolvido, bem como recebem capacitação para uso do AZproc e orientação para prosseguimento de acordo com o novo modelo de trabalho implementado.

### **2.3.5 Central de Atendimento Eletrônico do Foro Extrajudicial**

Foram respondidas 386 centrais (foram resolvidas demandas, ainda, de 246 mensagens eletrônicas automáticas remetidas pelo Sistema de Cadastro do Extrajudicial, recebidas na caixa postal do Núcleo IV após o registro de eventos nos históricos das serventias, com repercussão no extrajudicial e realização de atividades posteriores.

### **2.3.6 Correções realizadas**

Ordinárias gerais (presenciais): 11; especiais de transmissão de acervo: 3; extraordinárias (presenciais): 7

### **2.3.7 Oficinas de Debates e Produção de Conhecimentos**

As Oficinas de Debates e Produção de Conhecimentos, sob o tema Inovação e Inteligência Comportamental, são uma ação inédita da AJ, que ocorreu entre março e abril de 2024. Na ocasião, pós-graduados em Gestão da Inovação e Inteligência Comportamental no PJSC apresentaram artigos científicos (trabalhos de conclusão de curso), com transmissão ao vivo para o público interno.

### **2.3.8 Mestrado em Administração UDESC/ESAG**

Em março iniciou-se o Mestrado Profissional em Administração da UDESC/ESAG para uma turma de 12 servidores do PJSC. As áreas de especialidade escolhidas pelos acadêmicos para suas pesquisas abordam políticas públicas

e desenvolvimento; tecnologias de gestão em organizações intensivas em conhecimento e em TIC; coprodução, governança, inovação e finanças públicas; organizações, inovação e processos colaborativos; e indivíduos, grupos e organizações.

### 2.3.9 Nova linha de pesquisa de mestrado em Direito UFSC

Em março de 2024, a Diretoria da AJ analisou o Projeto Misto Indissociável de Pesquisa e Ensino, na modalidade de Mestrado Profissional em Direito, no contexto da Universidade Federal de Santa Catarina. A AJ avaliará as necessidades formativas no TJSC para as próximas turmas de mestrado, para conferir o máximo de aplicabilidade da formação suplementar.

### 2.3.10 Gestão do quadro de colaboradores

Visando repor e, eventualmente, incrementar os quadros de colaboradores em unidades com equipes reduzidas, foram empossados 97 novos servidores entre fevereiro e abril. Na mesma linha, em abril foi prorrogado o concurso vigente.

### 2.3.11 Programa Nossos Ciclos

As ações de número 1, 2, 4 e 5 do programa estão em andamento. Já as ações de número 3 e 6 estão em desenvolvimento. Essas ações abordam questões como atendimentos decorrentes de mudanças e transformações organizacionais, atendimentos decorrentes do falecimento de colaborador de uma das unidades, atendimentos decorrentes do acolhimento e integração de novos servidores que mudaram de cidade ou estado para ingressarem no PJSC, etc.

### 2.3.12 Viver + Preparação para o Futuro

Lançamento do programa, com página publicada e divulgada. Em fase de elaboração das atividades complementares, síncronas e assíncronas. Para 2024 estão previstas duas novas edições do PPA.

### 2.3.13 DGP com Você

Projeto em desenvolvimento com previsão para a primeira atuação na segunda quinzena de maio.

### 2.3.14 Novos Laços

Realizadas turmas iniciais de 2024.

### 2.3.15 Programa de Desenvolvimento de Gestores

Estão sendo realizadas conversas com os gestores. Futuras ações estão sendo estudadas.

### 2.3.16 Programa Mães do Judiciário

Em 2024 o programa prestou apoio à Campanha Março é Delas, da CEVID. A equipe segue realizando encontros destinados às mães em licença, à gestante/adoção e àquelas em condição especial de trabalho/gestante/lactante. A Campanha de Conscientização à Saúde Mental Materna realizará evento em 09/05/2024, no auditório Thereza Tang, com transmissão via internet. Apoio à campanha nacional Maio Furta-Cor, em parceria com a Prefeitura de Florianópolis.

### 2.3.17 Programa Acolhe

Programa reiniciado após o recesso forense em 08/01/2024.

### 2.3.18 Programa ComVida

Primeira turma contou com 8 participantes. A segunda turma, em andamento, tem 6 participantes.

### 2.3.19 Programa Grupo Antitabagismo

Aberta nova turma em janeiro de 2024.

### 2.3.20 Reprograme-se Campanhas Anuais – Ciclo 2024

As campanhas são realizadas mensalmente. Estão planejadas 12 campanhas, que ocorrerão durante o ano de 2024 e em janeiro de 2025.

### 2.3.21 Projeto Saúde Itinerante

Iniciada, em fevereiro, a execução do projeto Saúde Itinerante.

### 2.3.22 Estruturação do pronto atendimento em saúde

Realizada a adequação da equipe de trabalho no pronto atendimento, envolvendo membros da Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida e brigadistas, em março de 2024.

### 2.3.23 Avaliação e adequação ergonômica dos postos de trabalho

a) Contratos ns. 44, 45 e 46: em tramitação processo para aditamento para adequação dos contratos utilização de formulário eletrônico para realização das AET; b) Contrato n. 45/2023: em razão do desinteresse da contratada em sua prorrogação, atualmente em fase de contratação de remanescente (em tramitação nos Autos n. 0025128-85.2020.8.24.0710); c) Região I: em fase de orçamentação, elaboração dos ETP e PB – para contratação da prestação do serviço de AET na região (sem

contratação vigente); d) Reinício da prestação do serviço – Contraton.44/2023 – na Comarca de Joinville, no dia 06/05/2024.

### **2.3.24 Programa Pausa Ativa**

Projeto autorizado e atualmente está aguardando autorização pelo CGovIT para ser implantado.

### **2.3.25 Segurança e Medicina do Trabalho**

Atualmente, em fase de realização de estudos técnicos preliminares para nova contratação (sem contratação vigente).

### **2.3.26 Vacinação contra gripe influenza**

Está em execução a campanha de vacinação contra a gripe influenza, iniciada em 15/04/2024 com previsão de término no dia 31/05/2024, por meio de contrato.

### **2.3.27 Programa de Melhoria do Clima Organizacional – SGF**

Reforma dos ambientes concluída em dezembro de 2023. Manual de procedimento e boas práticas das condutoras e condutores de veículos oficiais foi concluído no início de 2024. Está previsto o acompanhamento do clima organizacional a cada 6 meses.

### **2.3.28 Gestão de Portfólio e de Projetos**

Realizada a revisão do alinhamento dos projetos às estratégias e acompanhamento dos portfólios setoriais, durante o mês de abril. Adequação do cadastro dos projetos e dos painéis aos critérios do Ranking da Transparência, entre fevereiro e março.

### **2.3.29 Automatização – despesas processuais não utilizadas – Assessoria do FRJ**

Aguarda aprovações e reunião com a empresa terceirizada.

### **2.3.30 Construção do fórum de Herval do Oeste**

Obra em andamento, com previsão de conclusão em maio de 2024.

### **2.3.31 Troca do sistema de climatização da Torre I do TJSC**

Obra iniciada, com 4 das 20 etapas liberadas.

### **2.3.32 Comunicação Visual Acessível**

Estudo preliminar concluído. Projeto básico em fase de revisão final e orçamentação. Visando ampliar a acessibilidade, foram incluídos itens de comunicação visual acessível como placa de sinalização tátil e mapa tátil no projeto básico.

### 2.3.33 Projeto Produtos em Estoque

Após a Divisão de Almoxarifado concluir o cadastro dos produtos, as unidades foram comunicadas e os produtos já estão sendo distribuídos.

### 2.3.34 Instruções Normativas Previdenciárias

Iniciados estudos internos dos procedimentos adotados em cada caso concreto.

### 2.3.35 Pareceres referenciais na DMP 2024

Concluído mais um parecer referência: prorrogação de prazo de vigência de ata de registro de preços (Lei n. 14.133/2021).

### 2.3.36 Incremento de serviços especializados

Prorrogado o contrato de prestação de serviços de profissionais de jornalismo, em fevereiro, bem como realizado o credenciamento de prestadores de serviço de intérpretes de libras, também em fevereiro de 2024.

### 2.3.37 Adaptações para envio de informações de IRRF ao EFD-Reinf – Sidejud/DIRF

Adaptou os sistemas SIDEJUD e a de geração da DIRF para as novas regras da Receita Federal para o envio de informações ao EFD-Reinf. Concluído em 09/02/2024.

### 2.3.38 Desenvolvimento de sistema eletrônico de Requisição de Pequeno Valor (RPV)

Implementou a RPV eletrônica nas unidades jurisdicionais de primeiro grau, alinhando aos procedimentos e sistemática utilizados para os pedidos de pagamento de precatórios. Concluído em 05/04/2024.

### 2.3.39 Webservices para integrar dados de servidores e magistrados aos sistemas do NIS

Integrou as informações dos servidores e magistrados nos sistemas de software desenvolvidos pelo Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional (NIS) para aprimoramento do atendimento e da segurança. Concluído em 23/04/2024.

### 2.3.40 Aquisição e implantação de novo equipamento de segurança de rede (Firewall)

Substituir o modelo antigo de firewall que não teria mais suporte a partir de 2024 por uma nova solução baseada em hardware. Concluído em 05/02/2024.

### 2.3.41 Emissão e instalação de certificados digitais

Emissão e instalação de certificados SSLICP-Brasil, concluído em 22/02/2024, e a emissão e instalação do certificado eCNPJ, concluído em 04/03/2024. O projeto tinha como objetivo garantir a disponibilidade e a segurança de serviços que dependiam de certificados digitais, como o Diário da Justiça Eletrônico, o envio de dados para a Receita Federal e para o Tribunal de Contas do Estado, entre outros.

### 2.3.42 Aquisição do serviço de sustentação do sistema autônomo de internet (NOC)

Contratar um serviço de gerenciamento centralizado das redes de comunicação pública ou privada, utilizando sistemas de monitoramento para analisar todos os dispositivos da rede e evitar falhas. O projeto foi concluído em 31/03/2024.

### 2.3.43 Aquisição de peças e insumos de informática para realização de manutenções preventivas e corretivas

Adquirir peças e insumos de informática de forma a possibilitar a realização de manutenção preventiva e corretiva de ativos de TI. Concluído em 31/03/2024.

### 2.3.44 Aprimoramento das rotinas de integração computacional

O projeto visava melhorar a integração dos dados do sistema Redmine com os painéis de BI do Portfólio de Projetos e Catálogo de Soluções de TIC. Concluído em 22/03/2024.

### 2.3.45 Evolução tecnológica da consulta de pessoas (física e jurídica) na base da RFB

Com o projeto se atualizou o sistema de consulta de pessoas da RFB para o novo modelo de integração blockchain da SERPRO. Concluído em 03/04/2024.

### 2.3.46 Implantação do Sistema da Academia Judicial

Objetiva contratar solução informatizada de gestão educacional para gerenciamento, em ambiente único, dos diferentes cursos e eventos oferecidos pela AJ. A previsão de término é em 03/05/2024 e traz benefícios como a melhoria das atividades administrativas e pedagógicas, o bem-estar da equipe e a prestação de contas aos órgãos internos e externos.

### **2.3.47 Desenvolvimento de aplicativo para dispositivos móveis do TJSC**

Visa ter um aplicativo institucional que agregue serviços de forma escalável e integrada aos portais e serviços do PJSC. O projeto deve ser concluído em 21/06/2024 e traz benefícios como a oferta de serviços em dispositivos móveis, a otimização de processos e a facilitação do acesso à justiça.

### **2.3.48 Atualização de versão do Moodle**

O objetivo deste projeto é atualizar a versão do Moodle utilizada na AJ, que é uma plataforma de educação a distância. O projeto deve ser concluído em 28/06/2024 e traz benefícios como a importação de cursos de outras instituições, a redução de incidentes, o aprimoramento da segurança da informação e a modernização do ambiente.

### **2.3.49 Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Cargas de Processos Físicos**

O objetivo deste projeto é desenvolver uma solução de TI para centralizar o registro de cargas de processos judiciais em formato físico, com identificação da unidade que remete e da unidade que recebe, com certificação de remessa e recebimento, bem como controle de prazo da carga. A previsão de término é em 28/06/2024. Os benefícios esperados incluem o desligamento do SAJ e a eliminação dos controles manuais (livros de carga).

### **2.3.50 Sistema de Controle de Malotes**

Visa desenvolver uma nova solução informatizada para o setor de expedição do PJSC, que registre de forma digital o envio e recebimento de malotes entre unidades do TJ e entre as comarcas, com base em uma tecnologia atualizada que permite a geração da guia de postagem. O projeto deve ser concluído em 28/06/2024 e traz benefícios como uma melhor gestão do envio e recebimento de malotes e a atualização tecnológica do sistema de expedição.

### **2.3.51 Selo digital 4.0 – LCe 807 e 808 de 2022 (Fase 2)**

Visa adaptar o Selo Digital às Leis Complementares n. 807/2022 e n. 808/2022, que alteram as regras de cobrança das taxas afetas à atividade notarial e registral. O projeto deve ser concluído em 30/06/2024 e traz benefícios como a simplificação e uniformização da cobrança, o maior controle e fiscalização, a simplificação do procedimento de auditoria no fundo do FRJ e a redução de custos.

### 2.3.52 Criação de processo para gestão do Ciclo de Vida de Soluções de TIC do PJSC

O projeto visa definir e implantar um processo de gerenciamento das soluções de TIC sob a governança da DTI, trazendo benefícios como a otimização dos recursos, a melhoria da qualidade e a atualização do catálogo de soluções. A previsão de término é em 28/06/2024.

### 2.3.53 Desenvolvimento de Painel de BI para gestão de demandas de sustentação do e-proc

O projeto visa possibilitar uma gestão baseada em dados dos chamados de sustentação do e-proc, facilitando a tomada de decisões que melhorem o serviço prestado aos usuários internos e externos do PJSC. A previsão de término é em 31/05/2024.

### 2.3.54 Implantar o processo de gerenciamento de ativos de TIC

O projeto visa ter um processo de gerenciamento de ativos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) definido e implantado, para melhorar a gestão dos ativos, otimizar o orçamento de manutenção, aumentar a assertividade nos investimentos e melhorar o planejamento de substituição dos ativos de TIC. A previsão de término é em 30/06/2024.

### 2.3.55 Aquisição de serviço continuado de telefonia fixa comutada (SIP-TRUNK)

Tem por objetivo contratar empresa habilitada a prestar serviços de telefonia fixa comutada com cobertura em todas as comarcas do Estado de Santa Catarina, utilizando a tecnologia SIP TRUNK, que é mais moderna e econômica que a tecnologia atual. Previsão de término em 28/06/2024.

### 2.3.56 Aquisição de serviço de suporte para a solução de carimbo de tempo (SGACT)

Renovar o contrato de suporte e garantia dos equipamentos da solução de carimbo de tempo, que é usada pelo serviço de assinatura do TJSC e por diversos sistemas como SEI, Selo Digital e Protocolizadora Digital. Previsão de término em 28/06/2024.

### 2.3.57 Atualização das bases de dados dos sistemas administrativos (Oracle 19)

O projeto tem por objetivo atualizar as bases de dados dos sistemas administrativos, como Sidejud, DJE e Jurisprudência, para a versão 19c do software de gerenciamento de banco

de dados Oracle. A atualização aumentará a segurança e a compatibilidade, e facilitará o suporte técnico dos softwares. Previsão de término em 28/06/2024.

### 2.3.58 Migração do Exadata do CIASC para o ExaCC

O projeto visa migrar as bases de dados Oracle presentes no equipamento Exadata do CIASC para o novo equipamento ExaCC, que oferece maior segurança e disponibilidade das informações de sistemas de apoio à prestação jurisdicional, como Sidejud, DJE e Jurisprudência. Previsão de término em 28/06/2024.

### 2.3.59 Implantação do Windows 11

Instalar o Windows 11 em todas as máquinas compatíveis do PJSC. Os benefícios esperados são a redução de riscos à segurança da informação, padronização do parque e maior compatibilidade com a ferramenta de gestão de configuração. Previsão de término em 28/06/2024.

### 2.3.60 Atualização e modernização da infraestrutura de gerenciamento Microsoft

O projeto visa atualizar e modernizar a infraestrutura de gerenciamento dos equipamentos com sistema operacional Windows, aprimorando a segurança da informação. Previsão de término em 30/06/2024.

### 2.3.61 Evoluir infraestrutura Elastic Stack

Tem por objetivo evoluir a infraestrutura de Elastic Stack, que é a solução utilizada para armazenamento e busca de logs de aplicações. Com este projeto se espera incremento na segurança do armazenamento de logs e maior agilidade de acesso aos dados dos logs das aplicações, refletindo em resposta mais rápida na resolução de incidentes. Previsão de término em 03/06/2024.

### 2.3.62 Piloto de um cluster MySQL para o sistema e-proc

O projeto tem por objetivo implantar um ambiente composto de um conjunto de servidores (cluster) de banco de dados MySQL para o sistema e-proc, visando fortalecer a infraestrutura e aumentar a disponibilidade de acesso do sistema. Previsão de término em 30/06/2024.

### 2.3.63 Distribuição de monitores

O objetivo de projeto é distribuir novos monitores para a substituição gradual de monitores defasados do parque tecnológico do PJSC, aprimorando a produtividade, a navegação e a ergonomia dos usuários, bem como a reduzindo custos de manutenção. Previsão de término em 30/06/2024.

### 2.3.64 Atualização do servidor www2

Atualizar o sistema operacional do servidor www2, que hospeda conteúdos do portal do TJSC, visando ao aprimoramento da segurança da informação. Previsão de término em 30/04/2024.

### 2.3.65 Substituição da integração dos formulários com a Central de Atendimento

O projeto tem por objetivo evoluir a tecnologia utilizada na integração dos formulários para o público externo do PJSC com a Central de Atendimento. A nova tecnologia reduzirá a necessidade de suporte devido a erros de integração e deixará o serviço mais estável. Previsão de término em 15/05/2024.

### 2.3.66 Instalação do PHP 8 nos ambientes do e-proc

Tem por objetivo a atualização da versão do PHP nos servidores de desenvolvimento, homologação e produção do e-proc, viabilizando a instalação das novas versões do sistema judicial. Previsão de término em 28/06/2024.

### 2.3.67 Migração do FileServer para a Nuvem do PJSC

O projeto visa migrar os dados residuais do projeto de implantação do Microsoft 365, que hoje estão armazenados em um servidor de arquivos local, para a nuvem do PJSC no ambiente Microsoft. Entre os benefícios esperados estão o aprimoramento da segurança de dados, a eficiência operacional e a eliminação de riscos associados à falta de atualização da infraestrutura dos sistemas legados. Previsão de término em 28/06/2024.

### 2.3.68 ERP – Implantação na DMP

Em curso a resolução das pendências relativas a 10 requisitos dos módulos em produção.

### 2.3.69 ERP – Gestão de Custos

O projeto está em estágio avançado, com quase todos os requisitos validados na empresa que desenvolve o sistema. Na fase atual, restam alguns ajustes relacionados ao rateio das unidades administrativas e ao cálculo dos custos com depreciação de imóveis. Resolvidas essas questões, o foco será o desenvolvimento dos painéis de BI, que demonstrarão as informações de custos. O arquivo com a consulta à base de dados de custos já foi disponibilizado pela DTI, restando a definição de quais informações serão prestadas e sob qual disposição serão estruturados os painéis.

### 2.3.70 ERP – Implantação na DSQV

Desenvolvimento de funcionalidades relativas ao controle de perícias médicas e controle de faltas. Análise de perfis de acesso ao atendimento médico a fim de cuidar do sigilo médico e LGPD. Análise de ampliação dos serviços que podem ser utilizados para incorporar processos feitos em outros sistemas por ADM-RH. Equipe DSQV estuda a necessidade de customização do sistema para as demandas de cada área da DSQV. Realizados treinamentos do ADM-RH com as equipes da DSQV em 26 e 27/03/2024 e em 16/04/2024.

### 2.3.71 Ficha Funcional – Adequação do sistema

Iniciado levantamento de requisito do primeiro agrupamento: procedimentos disciplinares.

### 2.3.72 Otimização da gestão patrimonial dos bens permanentes (RFId)

Assinatura das Atas de Registro de Preço n. 2023/065, n. 2023/066 e n. 2023/067 (etiqueta e leitor). Contato com a empresa Thema para finalização da integração com ERP.

### 2.3.73 Projeto Portal de Serviços

A 1ª fase, inclusão de equipamentos, foi concluída no segundo semestre de 2023, tornando disponíveis pedidos de equipamentos como aspirador, enceradeira, máquina de lavar roupa, lavadora de alta pressão, carro funcional de limpeza, MOP úmido, cafeteira elétrica de 8 litros, refrigerador, frigobar, bebedouro elétrico, micro-ondas e fogão Elétrico. A 2ª fase se encontra em estudo. Nesta segunda fase está sendo analisada a possibilidade de inclusão dos serviços de móveis sob medida, persianas e comunicação visual.

### 2.3.74 Ampliação do uso do módulo SEI Julgar

Alinhamento e parametrização do colegiado do Comitê de Análise das Tabelas Processuais Unificadas do Regimento Interno do Tribunal de Justiça e da Distribuição Processual (CATPU) e do Grupo de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Prisional e Socioeducativo (GMF) para uso do módulo SEI Julgar.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
de Santa Catarina

Projeto Gráfico: Assessoria de Artes Visuais  
Núcleo de Comunicação Institucional